

ÓRGÃO CENTRAL  
DO  
PARTIDO COMUNISTA  
PORTUGUÊS

Director  
António Dias Lourenço

# Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 323  
27 de Março de 1980

Preço: 12\$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

Composição e Impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa

## A REFORMA AGRÁRIA VENCERÁ!

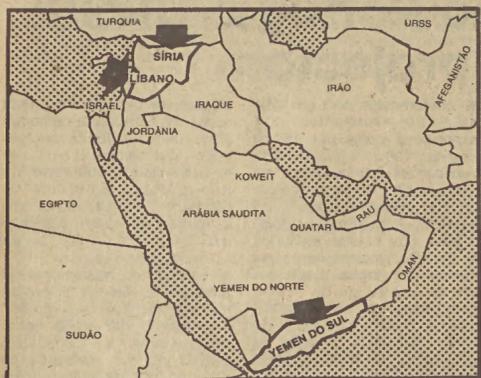
Centenas de milhares de trabalhadores em todo o País manifestam a sua solidariedade com os heróicos trabalhadores alentejanos! O Alentejo paralisou nas principais cidades e vilas realizam-se concentrações! A criminosa ofensiva do Governo tem de cessar!

Pág. 3

### COMÍCIO

com ÁLVARO CUNHAL

Amanhã, às 21 e 30, no Campo Pequeno



## O PCP NO MÉDIO ORIENTE

A visita da delegação do PCP dirigida pelo camarada Alvaro Cunhal à Síria, Líbano e Yemen do Sul constituiu um passo importante no estabelecimento das relações do PCP e do povo português com os povos árabes, os seus partidos revolucionários e a sua justa causa

Pág. 12

## SANTARÉM AMADORA

As festas da Primavera da nossa determinação, desta nova Primavera da nossa luta. Com a JCP na Amadora, com os camaradas do Ribatejo em Santarém — no próximo fim-de-semana

Pág. 8

## SIM! A LUTA CONTINUA!



Milhares de pessoas na Praça da Figueira, em Lisboa, e na Praça Humberto Delgado, no Porto, afirmaram no passado sábado a sua recusa da política antipopular do Governo Carneiro/Amaral, protestaram energicamente contra os brutais aumentos do custo de vida e a política antipopular e antinacional do Governo da direita

págs.centrais

Editorial

GRANDE JORNADA DE SOLIDARIEDADE E PROTESTO

Editorial

GRANDE JORNADA DE SOLIDARIEDADE E PROTESTO

NOS momentos que vivemos, de aberta confrontação do Governo Sá Carneiro com a democracia e os trabalhadores, dias difíceis e conturbados por certo pela acção provocadora e da exclusiva responsabilidade dos governantes, neste clima de tensões onde se incubam, contudo, dias melhores para o nosso povo, as raízes de Abril, profundamente arraigadas nas massas populares, dão provas concludentes de uma solidez e resistência inquebrantáveis.

Lutas das mais poderosas de sempre estendem-se de Norte a Sul do País e põem em movimento nas formas mais variadas milhões de portugueses. Sob o fragor da luta que opõe o povo trabalhador das cidades e dos campos a este Governo reaccionário, representativo da alta finança e dos latifundiários, a esta equipa governativa inimiga do povo que manda espancar e metralhar trabalhadores no uso dos seus direitos constitucionais, o fosso alarga-se sem cessar, torna-se cada vez mais profundo, transforma-se num abismo intransponível.

A unidade e combatividade das massas populares reforça-se cada dia que passa e é uma característica saliente da situação actual ao mesmo tempo que a organização e a disposição de luta das massas se amplia e se torna o factor determinante e dinamizador de novas acções contra a política nefasta do Governo.

Desde anteontem, 25, grandiosas jornadas de protesto estão em curso por todo o País, com incidência particular na Zona de Intervenção da Reforma Agrária, nela o Governo da Aliança reaccionária multiplica as suas provocações e violências.

A grande jornada de solidariedade com a Reforma Agrária constitui a resposta adequada das massas populares contra a política de Sá Carneiro e a sua equipa de servidores da CAP. A solidariedade activa de todos os trabalhadores e democratas para com a luta heróica dos assalariados rurais e dos pequenos agricultores e seareiros do Alentejo e do Ribatejo que defendem intransigente e corajosamente as suas conquistas democráticas é um imperativo nacional.

Nestes dias, a política de confrontação violenta do Governo de Sá Carneiro é, sem dúvida, o factor básico da profunda desestabilização social e política do momento actual mas é, sobretudo, a luta firme e organizada dos trabalhadores, a sua resposta conclusiva à política provocadora e antipopular do Governo Sá Carneiro que constitui a nota principal da situação portuguesa na hora presente.

O crescente recurso a métodos ilegais repressivos do Governo PPD/CDS de Sá

Carneiro e Freitas do Amaral, em resposta às reivindicações e aspirações legítimas dos trabalhadores, expressas nas ruas com uma força reveladora nestes três dias de luta, e em particular a forma violenta com que actuaram as forças de intervenção na Baixa de Lisboa contra manifestantes que finalizavam a grande concentração popular na Praça da Figueira, e agora os novos surtos de acção brutal de elementos da GNR no Alentejo e Ribatejo, trazem ao de cima uma particularidade da situação nacional actual.

É cada vez mais notório que são as massas populares que no uso dos seus direitos e garantias constitucionais defendem e respeitam a legalidade democrática e são os governantes da Aliança reaccionária que saltam fora do quadro das instituições, violam a ordem e a legalidade democráticas, subvertem o regime.

As violências praticadas no sábado contra o povo de Lisboa e os novos actos terroristas contra as populações do Alentejo nestes dois últimos dias, desautorizam o Governo de Sá Carneiro, colocam-no à margem da legalidade e do respeito pela Constituição, condenam-no como inimigo jurado do 25 de Abril.

Tais violências e atropelos são parte integrante da política de confrontação global contra o Portugal de Abril conduzida pelo Governo actual, inscrevem-se de facto num projecto anticonstitucional e golpista que continua nos objectivos da reacção contra a Revolução portuguesa para a destruição do regime democrático.

No quadro desses planos de confrontação global assistiu-se nos últimos dias a uma azáfama dos partidos reaccionários que é importante registar.

O manobrismo desesperado da Aliança reaccionária choca-se, contudo, com a estreiteza do seu espaço de manobra e põe em evidência as dificuldades do Governo actual, a nítida deterioração da sua base social e política.

AQUELES que legalmente receberam o encargo de formar Governo dispendo apenas duma ridícula maioria parlamentar, obtida por métodos contestáveis contra a maioria dos votos dos portugueses, arrogam-se ilegitimamente um mandato que não possuem para inverterem o processo democrático e operarem a destruição sistemática das conquistas de Abril.

A brutal ofensiva contra a Reforma Agrária que nestes três dias fez novas vítimas entre os trabalhadores é não só um atentado e uma provocação contra os heróicos obreiros da mais bela conquista da Revolução como um crime autêntico contra o próprio desenvolvimento económico do País.

O «slogan» escolhido pela direita para justificar a sua ofensiva de destruição da Reforma Agrária é profundamente esclarecedor das intenções do Governo.

Na fraseologia da Aliança reaccionária não se trata de dar «a terra a quem a trabalha» mas «dar a terra a quem sempre a teve».

Quem «sempre teve» a terra na vasta região do latifúndio condenou-a à incultura e à improdutividade - «quem a trabalha» transformou-a, sob a Reforma Agrária, numa zona de produção, numa zona de florescimento económico e social, de subsistência dos portugueses, numa zona onde a miséria e o desemprego praticamente desapareceram e agora voltaram em chelo pela mão criminoso do Governo Sá Carneiro.

As terras nas mãos de «quem sempre as teve» provocaram na região, em dez anos, o êxodo de 80 000 trabalhadores excluindo os clandestinos, para fora do País; mantiveram nos três distritos do Alentejo cerca de 350 000 hectares de coutadas para diversão de um punhado de latifundiários. Mais de 50% das terras estavam na posse de 1,5% do número de proprietários, o desemprego crónico ou sazonal condenava à fome todos os anos milhares de assalariados rurais e suas famílias.

As terras expropriadas do latifúndio produziram nos três anos imediatos à ocupação pelos trabalhadores mais 65 000 cabeças de gado bovino, mais de 212 000 cabeças de gado ovino e caprino e 39 000 de gado suíno do que antes produziam.

Mais 1680 tractores, 1940 máquinas para colheitas várias, 1370 reboques e 400 camiões passaram a sulcar as antigas terras maninhas do latifúndio. Mais 2310 motores e mais 37 300 postos de trabalho tiveram ocupação na nova forma de exploração colectiva da terra saída da Reforma Agrária.

Ao mesmo tempo, do trabalho criador dos novos possuidores da terra, mais de 10 700 hectares de terras foram postos em regadio, 340 instalações para gado foram construídas, algumas das quais com apuros de técnica nunca antes observados em Portugal.

O Governo Sá Carneiro, por intermédio do MAP, que age na Zona da Reforma Agrária como um apêndice da CAP, roubou em pouco mais de dois meses aos trabalhadores da Reforma Agrária cerca de 25 000 hectares das melhores terras das UCPs, mais de 40 000 cabeças de gado e milhares de máquinas e alfaías agrícolas, destruiu 40 UCPs Cooperativas, atirou para o desemprego mais de 18 000 trabalhadores.

Nos três dias de protesto que hoje terminam os trabalhadores lutam não só pelo pão de cada dia, pelo pão dos seus mas também pela melhoria da exploração da nossa agricultura, pelo melhor fornecimento de carne, leite, trigo, arroz, azeite, tomate e outros produtos de primeira necessidade ao Povo português - numa palavra, lutam também pelo desenvolvimento da economia nacional e pelo bem-estar dos portugueses.

É o Governo Sá Carneiro que tenta inverter este processo e restituir de novo aos parasitas do latifúndio a posse de terras que sempre se mostraram incapazes de cultivar e pôr em estado produtivo.

A defesa da Reforma Agrária é, pois, um dever não só dos assalariados rurais do Alentejo e do Ribatejo mas de todo o Povo português, de todo o povo trabalhador de Portugal, nesta hora estreitamente solidário com os heróicos obreiros da Reforma Agrária.

O Governo PPD/CDS, de Sá Carneiro e Freitas do Amaral, desprezando completamente a lei, espeznham a Constituição, querem de novo levar o terror, a miséria, o desemprego e a fome aos campos do Alentejo e do Ribatejo. O que ilegalmente foi roubado aos trabalhadores da Reforma Agrária deve voltar outra vez à sua posse. Os grandes agrários que têm beneficiado com a política de violências, de expropriações e roubos do Governo Sá Carneiro e dos governos de direita que o antecederam, assim como da ajuda das metralhadoras e dos blindados da GNR, não têm qualquer direito à posse das terras da Reforma Agrária e terão de as restituir às UCPs. É isso que se exprime nas grandes jornadas de protesto de 25, 26 e 27.

A ilegitimidade da repressão governamental, às ilegalidades roubos e violências contra a Reforma Agrária, à política de confrontação prosseguida pelo actual Governo contra a Democracia, os trabalhadores opõem a legitimidade da luta de massas contra essa política, a legitimidade da recuperação pelos trabalhadores dos bens que lhes foram roubados, das terras, das máquinas, dos gados de que foram esbulhados pela ofensiva concentrada e à margem da lei do Governo e dos grandes agrários capitaneados pela CAP.

A legenda reaccionária da «terra a quem sempre a teve» deve opor-se cada vez mais, vibrante e profundo, o grito que sobe das massas exploradas do Alentejo e do Ribatejo: «A terra a quem a trabalha!»

Nestes três dias de luta pela mais bela conquista da Revolução, um outro clamor ganha crescente legitimidade e conteúdo: «A luta continua - Sá Carneiro para a rua!».

2 de Abril: 4.º aniversário da Constituição

Por todo o país as massas trabalhadoras - através das suas forças democráticas, das autarquias, dos sindicatos, das cooperativas, das comissões de trabalhadores e de moradores, dos grupos desportivos, recreativos e culturais, e de comissões promotoras especialmente constituídas para o efeito - prepararam-se para comemorar o 4.º aniversário da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa.

Em 2 de Abril de 1976 entrou em vigor a lei fundamental do nosso viver colectivo que consagra as conquistas fundamentais do 25 de Abril e define a esperança do povo português - a construção de uma sociedade sem

exploradores nem explorados. Hoje, quatro anos depois, o povo português vai comemorar tal data numa altura em que, no Governo, se encontram as forças que não escodem a sua aversão ao texto constitucional e que, diariamente, a ignoram e rasgam.

Por isso, as comemorações do 4.º aniversário da Constituição de Abril - antecedendo de poucos dias as grandes jornadas populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio - serão este ano jornada de luta contra a direita, contra o Governo Carneiro/Amaral, contra todos os que, pela sua actividade, mostram querer regressar à Constituição do fascismo.

Além dos actos que, na cidade de Lisboa, assinalarão o 4.º aniversário da Constituição, realizam-se no distrito da capital inúmeras sessões comemorativas, promovidas pelas mais diversas entidades. Assim, por exemplo, realizar-se-ão sessões em Moscavide (dia 1), Vila Franca de Xira, Queluz, Alhandra, Santa Iria da Azóia, Odivelas, Cascais e Santo Antão do Tojal

Domingo, em Lisboa Festival Desportivo

Por iniciativa da Federação das Associações de Cultura e Recreio, com o apoio do Secretariado das Colectividades do distrito de Lisboa, o desporto marcará presença nas comemorações unitárias do 2 de Abril, aniversário da promulgação da Constituição da República, lei fundamental do país. A partir das 9 horas, o próximo domingo será um dia animado pela cor, a vivacidade e o movimento desportivo na Praça do Comércio, em Lisboa.

Associação Portugal-URSS: balanço e projectos

A Associação Portugal-URSS elegeu há dias, no decorrer de uma Assembleia Geral ordinária, os seus corpos gerentes para o triénio de 1980/83, tendo ainda aprovado o Relatório e Contas referentes ao passado ano de 1979.

Os órgãos da Associação contam agora, entre outras, com as seguintes personalidades: Comandante Vasco da Costa Santos, deputados António Amalal, Luís Catarino e Lino Lima, juizes-conseheiros Aníbal Aquilino Ribeiro, Mário Brito e Abel Delgado, coronel Vicente da Silva e sindicalista Maria do Carmo Ramos. Entretanto, continuam os corpos gerentes da Associação personalidades como o Professor Ruy Luís Gomes, escritora Maria Lamas, Professor Henrique de Barros, maestro Fernando Lopes Graça, Professor Jacinto Prado Coelho, poeta José Gomes Ferreira, Dr. Luís de Albuquerque, Professor Oscar Lopes, Dr. Joaquim Seabra Dinis, Dr. Almeida Carrapato, escritor Manuel Ferreira e o deputado Carlos Aboim Inglês.

A Associação Portugal-URSS, que já conta hoje com cerca de 20 mil sócios, tem vindo a desenvolver uma intensa actividade de cooperação e intercâmbio cultural com a URSS, de que são demonstrativos os seguintes elementos relativos à vida da Associação no decurso de 1979: sete dezenas de conferências com um total de 5500 assistentes, 111 exposições vistas por 45 mil pessoas, 100 mil exemplares de publicações distribuídos, 2 mil sessões de cinema com mais de 200 mil espectadores, 25 espectáculos culturais em todo o país, 600 turistas enviados à URSS, funcionamento de cursos de língua russa em cinco cidades do País, concessão de bolsas a 15 jovens para estudarem na União Soviética, criação da Biblioteca Leão Tolstói na sede nacional e edição da revista «Paz e Amizade» que se encontra no 5.º ano de publicação regular. Em relação aos projectos de trabalho da Associação para o ano em curso, destacam-se, nomeadamente, os encontros luso-soviéticos de historiadores e escritores, as comemorações do 4.º centenário da morte de Luís de Camões a realizar na URSS, os Dias de Portugal na União Soviética (que este ano decorrerão em Moscovo e na República do Cazaquistão), jornada que incluirá a viagem de uma representativa embaixada cultural portuguesa à URSS, além de espectáculos, exposições e iniciativas de intercâmbio cultural e científico. Em Novembro decorrerão entre nós os Dias da URSS em Portugal, este ano dedicados à Federação Russa. Actividades diversas no campo da cultura, turismo, contactos sociais e profis-

sionais, divulgação da língua russa em Portugal e da língua portuguesa na URSS, divulgação da arquitectura e urbanismo soviético no nosso País, programa de palestras, filmes, concursos e outras iniciativas no âmbito da Olimpíada-80 e as comemorações do 110.º aniversário do nascimento do fundador do Estado Soviético, Vladimir Ilitch Lênine, e do 35.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo - constituem outros pontos salientes da programação da actividade da «Portugal-URSS» neste ano de 1980.

A Assembleia Geral da Associação aprovou ainda um documento sobre as relações luso-soviéticas em que são condenadas as restrições impostas aos contactos culturais e sociais entre os dois países e se apela ao Governo, Assembleia da República, Presidente da República e Conselho da Revolução para que se ponha cobro a tais entraves.

Amanhã: «Moscovo - as estações do ano»

A partir das 21 e 30 é projectado amanhã na sede nacional da Associação, em Lisboa (Rua de S. Caetano à Lapa, 30), o documentário «Moscovo - as estações do ano», seguido da passagem de outros documentários sobre a capital da URSS. A entrada é livre.

Que Camões comemoramos

Conforme já foi amplamente divulgado, as organizações do PCP estão profundamente empenhadas em, no decorrer deste ano, contribuir o mais possível para comemorar condignamente o centenário do grande poeta.

Já na próxima segunda-feira, às 21 e 30, no Teatro Aberto, o Sector Intelectual da ORL do PCP promove um Encontro-debate sobre Camões, a sua época e a sua obra, com a participação de António Borges Coelho, Armando de Castro e Oscar Lopes.

O tema do Encontro-debate fala por si: «Que Camões comemoramos».

I DE MAIO NA URSS. 29 ABRIL - 6 MAIO MOSCOVO - LENINEGRADO. PREÇO: 28 000\$00. 29 ABRIL - 13 MAIO MOSCOVO - LENINEGRADO - KIEV - VILNIUS. PREÇO: 36 500\$00. TUDO INCLUÍDO. Contacte: o departamento de turismo. Associação PORTUGAL - URSS. Rua de S. Caetano, 30. 1200 LISBOA. Telef. 60 11 99 / 60 10 99 / 60 11 24.

à venda: Documentos Políticos do Partido Comunista Português. PROGRAMA e ESTATUTOS do PCP. 50 Números.



Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS! O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo. PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. COD. TEL. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante!, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 762 744/768751. DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 799725/799722. DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Lusa, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779825/779825. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/V - 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Serpa). Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372236. Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 29939. Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441. Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 188, Pedrulha - 3000 Coimbra. Tel. 31286. Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 29361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417. ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779825. PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381067. EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044. Compósito e Impressão na Meska Portuguesa, F. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tiragem média do mês de Fevereiro: 72 037.

Table with 3 columns: Via Normal, Via Aérea, and prices for various countries. Includes Avante! logo and 'Tabela de assinaturas'.

# A REFORMA AGRÁRIA VENCERÁ!

## Distrito de Viana do Castelo

Hoje, às 18 horas, concentração na Praça da República, em Viana do Castelo, convocada pela União dos Sindicatos do distrito.

## Distrito de Braga

Depois de amanhã, sábado, e no domingo, em Fafe, Barcelos, e Vila Nova de Famalicão: concentrações-manifestações decididas num plenário distrital dos sindicatos.

Por iniciativa sindical, reuniram-se plenários a nível de empresa, na terça-feira, em vários sectores como a Hotelaria, os Têxteis, Metalúrgicos, Rodoviários, Construção Civil, Comércio, Função Pública, Calçado e Malas, Administração Local.

Os trabalhadores da Grundig aprovaram em plenário um documento de apoio e solidariedade e decidiram efectuar, hoje, uma paralisação simbólica de 15 minutos. Posição igual assumiram os trabalhadores do sector metalúrgico das empresas Sarotos, CF Duarte, Ferragens e Metais Santos, Onça, Pachancho, Metais Prumo, Franqueira e Adérito Guimarães.

Na terça-feira, durante a paralisação nacional, os trabalhadores da RN de Braga saudaram os companheiros da Reforma Agrária.

Hoje, a construção civil paralisa durante 15 minutos, num acto de solidariedade.

## Distrito de Vila Real

Sindicatos do distrito subscrevem declarações de greve de apoio e solidariedade para com a Reforma Agrária.

## Distrito de Bragança

Sindicatos do distrito subscrevem declarações de greve de apoio e solidariedade para com a Reforma Agrária.

## Distrito do Porto

Diversas iniciativas, desde a manutenção na cidade de 80 bancas de esclarecimento sobre a luta na Reforma Agrária, a jornais de parede, panos de rua, cenários gigantes, etc., estão a decorrer neste distrito por iniciativa da Comissão de Apoio à Reforma Agrária com a colaboração da USP/CGTP-IN e com a adesão do MDM, das CUM's, de comissões de trabalhadores, associações de moradores e dos sindicatos.

Culminando estas iniciativas, realiza-se amanhã, dia 28, às 21,30 h., um grande comício no Pavilhão do Académico. Promovida pela Comissão de Apoio à Reforma Agrária, esta iniciativa, sob o lema, "A Verdade sobre o Alentejo", contará com a presença de uma delegação das UCP's e Coop., que denunciarão o imenso rol de ilegalidades e violências praticadas pelo Governo Carneiro/Amaral.

Nas empresas, os trabalhadores tomam parte em plenários e paralisações simbólicas de solidariedade, acompanhados de debates sobre a situação da Reforma Agrária.

## Distrito de Aveiro

Hoje, às 18.30 h., em Águeda, Aveiro, Ovar e S. João da Madeira: concentração-manifestação de solidariedade à Reforma Agrária e protesto contra o custo de vida promovida pelos Sindicatos e pela União dos Sindicatos de Aveiro.

## Distrito de Viseu

Hoje, pelas 18.30 horas, concentração na Praça Pintor Gata (Praça da Erva) promovida pela União local dos Sindicatos, vinte organizações sindicais, a Comissão Unitária de Mulheres e o MURPI.

## Distrito da Guarda

Sindicatos subscrevem pré-avisos de greve.

## Distrito de Coimbra

Depois de amanhã, sábado, dia 29, às 16 horas, concentração-manifestação na cidade promovida pela União dos Sindicatos de Coimbra e pela União dos Sindicatos da Figueira da Foz, por grande número de sindicatos do distrito e pelas CUM's e MDM.

## Distrito de Castelo Branco

Vários sindicatos e outras associações sindicais subscrevem pré-avisos de greve, entre eles o de Escritório e Comércio para a paralisação do sector metalúrgico.

## Distrito de Leiria

Hoje, na Marinha Grande: comício sindical promovido pela União dos Sindicatos. Hoje, em Peniche, tal como ontem e anteontem, os pescadores concentram-se antes de saírem para o mar. Os operários conserveiros juntaram-se às concentrações. Na Figueira, no dia 25, a concentração reuniu cerca de 600 pessoas.

## Distrito de Lisboa

Paralisações de apoio à Reforma Agrária decorreram ontem e prolongar-se-ão pelo dia de hoje por iniciativa de diversas organizações sindicais, em as quais se incluem: Sindicatos dos Metalúrgicos, Químicos, Construção Civil, Rodoviários, Indústrias de Bebidas, Celulose, Cerâmica, Comércio, Cobradores, Indústrias Eléctricas, Ferroviários, Função Pública, Garagens, Gráficos, Hotelaria, Indústrias Alimentares, Vidreiros, Transportes Colectivos e Fluviais, Trabalhadores da Construção, Mármores e Madeiras.

Realizaram-se, terça-feira e ontem, diversas concentrações em Alhandra, Póvoa de Santa Iria, Alverca, Sacavém, Cabo Ruivo, Calvário e Amadora. Ainda ontem, pelas 18 h., realizou-se na Voz do Operário uma sessão pública para o lançamento do livro "A Reforma Agrária Acusa" por iniciativa da Comissão Promotora do Tribunal Cívico em colaboração com a Editorial Caminho.

## Distrito de Santarém

Continuam as paralisações de trabalhadores das UCP's/Coop., aos quais se juntam hoje os trabalhadores agrícolas do sector privado. Ainda hoje, paralisam meio dia os Metalúrgicos, a meio da tarde a Construção Civil e outros sectores das 17 às 19 horas.

Trabalhadores da Reforma Agrária distribuirão propaganda em Alpiarça, Santarém, Almeirim, Chamusca, Benavente, Salvaterra e Coruche. Os trabalhadores concentram-se em:

● Alpiarça às 17 horas ● Couço às 16 horas. Entretanto, ontem realizaram-se comícios com a participação dos trabalhadores da Reforma Agrária em Tomar, Torres Novas, Tramaçal e Alcancena, tendo havido pela manhã distribuição de propaganda às populações em Torres Novas, Alcancena, Tomar, Entroncamento e Abrantes. No dia 25, a Rodoviária Nacional paralisou durante todo o dia e realizaram-se plenários nas empresas mais importantes do distrito e nas UCP's/Coop.

## Distrito de Setúbal

Hoje: paralisações entre as 16 e as 18 horas em diversos locais de trabalho, segundo a convocação de trinta e duas organizações sindicais e outras estruturas populares.

Tal como aconteceu ontem, trabalhadores das UCP's/Coop. deslocam-se durante o dia de hoje às zonas industriais de Setúbal, nomeadamente a Almada, Barreiro e Montijo.

Entretanto, prosseguem, durante o dia de hoje, concentrações de trabalhadores das UCP's/Coops. e do sector privado agrícola nos seguintes locais:

● Alcácer ● Grândola ● Sines ● Setúbal ● Montijo ● Barreiro.

## Distrito de Portalegre

Autarquias, trabalhadores representados por 65 organizações sindicais, Comissões Unitárias e colectividades paralisam hoje entre as 16 e as 18 horas, em solidariedade com os trabalhadores das UCP's/Coop. e do sector privado agrícola que se encontram concentrados desde ontem nos seguintes locais:

● Avis ● Monforte ● Ponte de Sor ● Elvas.

## Distrito de Évora

Hoje, paralisações de trabalhadores de diversos sectores de actividade. Durante todo o dia, autarquias suspendem o trabalho.

Da parte da tarde, paralisações de trabalhadores de diversos sectores de actividade, nomeadamente os empregados pelos Sindicatos da Construção Civil do Alentejo, Metalúrgicos do Alentejo, Indústrias Químicas do Sul, Moagens do Centro e Sul, Gráficos do Sul, Indústrias Alimentares, Celulose e Papel, Têxteis do Sul, Hotelaria, Cerâmicas do Sul, Indústrias Eléctricas do Sul, Hidratos de Carbono do Sul, Corticeiros de Évora e Beja, Serviço Doméstico, Técnicos de Desenho, Indústria Vidreira, Garagens e Comércio e Serviços de Évora. Apetaram igualmente à participação nas concentrações, delegados sindicais do Comércio e Escritórios, Comissão Distrital do MURPI, Departamentos de Mulheres e Jovens da União dos Sindicatos de Évora, trabalhadores da Cooperativa Agrícola do Divor, União dos Sindicatos do Distrito de Évora, União dos Sindicatos de Montemor-o-Novo e Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul.

Entretanto, continuam hoje a decorrer até à noite as concentrações de trabalhadores rurais nos seguintes locais:

● Em Évora na Praça 1.º de Maio ● Em Montemor-o-Novo no Largo Calouste Gulbenkian ● Em Estremoz no Largo do Pelourinho ● Em Arraiolos na Praça Lima e Brito.

Numa manifestação de solidariedade para com os trabalhadores concentrados, padeiros distribuíram pão e a hotelaria e outros sectores distribuíram café e leite. Operárias da Melka distribuíram sumos comprados com o resultado de uma campanha de fundos.

## Distrito de Beja

A par da solidariedade das autarquias locais, grande parte das organizações sindicais do distrito determinaram paralisações desde as 11 horas de ontem até à noite de hoje em apoio dos trabalhadores das UCP's/Coop. e dos trabalhadores agrícolas privados que permanecem concentrados até à noite nos seguintes locais:

● Em Beja, no Largo dos Duques ● Em Moura, na Praça da República ● Em Odemira, no Largo da Casa do Povo.

## Distrito de Faro

Hoje, às 18.30 h., em Olhão, sessão pública na sede do Sindicato das Conservas. Ontem realizaram-se uma sessão pública em Silves e uma concentração em Portimão. No dia 25 havia-se realizado uma concentração em Faro.

Em Vila Real de Santo António, por iniciativa da União dos Sindicatos de Faro, 500 pessoas participaram anteontem numa concentração, na Praça Marquês de Pombal.



**1.** Os trabalhadores e os democratas portugueses vão ser chamados nos próximos dias 25, 26 e 27 a darem em todo o País um novo, firme e combativo testemunho da sua profunda e irreversível identificação com os ideais e conquistas do 25 de Abril, manifestando a sua solidariedade activa com a Reforma Agrária e o seu enérgico protesto contra a política de ódio, violência e destruição com que o Governo Sá Carneiro pretende arrazar um verdadeiro símbolo do Portugal democrático dos nossos dias.

**2.** Exprimindo o seu total apoio às jornadas de solidariedade com a Reforma Agrária convocadas para 25, 26 e 27 de Março, pelo III Congresso da CGTP-IN, pelos Secretariados das UCP's e Cooperativas e por outras estruturas unitárias de trabalhadores, o PCP apela aos militantes e simpatizantes do Partido, aos trabalhadores e aos democratas portugueses para que intervenham massivamente com o seu protesto e com a expressão calorosa da sua solidariedade à Reforma Agrária para travar e derrotar uma ofensiva criminoso e para dar um justo e indispensável apoio à luta corajosa e heróica dos trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo.

**3.** O presente e o futuro da Reforma Agrária são uma questão nacional e uma questão decisiva para a defesa do regime constitucional e da vida democrática do País.

O Governo que comete ilegalidades sem conta, infindáveis abusos e arbitrariedades contra a Reforma Agrária é o mesmo Governo que procura executar um detalhado plano de subversão do regime constitucional, das instituições e da legalidade democrática.

O Governo que na zona da Reforma Agrária rouba às UCP's/Cooperativas milhares de hectares de terra, milhares de cabeças de gado, máquinas e searas, é o mesmo Governo que gravosamente aumenta os preços, degrada as condições de vida da população laboriosa, sobrecarrega com novas dificuldades e sofrimento a vida quotidiana das famílias portuguesas. O Governo que confessadamente ataca a Reforma Agrária para reconstruir os latifúndios é o mesmo governo que faz aprovar leis para que toda a economia nacional seja de novo sujeita ao domínio egoísta e asfixiante dos monopolistas derrotados pela Revolução.

O Governo que se empenha na cruel destruição do trabalho pacífico e criador, do esforço produtivo, da dedicação aos interesses nacionais dos trabalhadores da Reforma Agrária, para fazer regressar aos campos do Sul o passado de fome, miséria e desemprego, é o mesmo Governo que procura congelar os salários, reduzir as regalias, acelerar os despedimentos e o desemprego dos trabalhadores de todo o País.

O Governo que pratica no Alentejo actos de violência e brutalidade contra homens, mulheres e crianças e sanciona espancamentos e agressões, é o mesmo Governo que tenta restringir e liquidar os direitos democráticos dos cidadãos, silenciar o protesto e o descontentamento popular, calcar as liberdades preciosamente conquistadas com o 25 de Abril.

**4.** Nestas condições, manifestar a solidariedade activa à Reforma Agrária, é dar força à Constituição e à legalidade democrática contra a subversão da Constituição e da legalidade democrática; é defender a justiça contra as ilegalidades, arbitrariedades e a violência; é marcar posição inequívoca ao lado dos que trabalham por Portugal democrático contra os que conspiram contra Portugal de Abril; é contribuir para defender o pão, o trabalho, a nova vida e as esperanças criadas pela Reforma Agrária, derrotando os planos para restabelecer no Alentejo e Ribatejo a fome, o desemprego, e a repressão vividas e sofridas por gerações de portugueses; é juntar a voz de cada um na luta de todos para que a democracia triunfe sobre os seus inimigos de sempre.

**5.** Todos os trabalhadores e democratas, todos os homens e mulheres e jovens de sentimentos democráticos, todos os cidadãos que não querem voltar ao passado — onde quer que vivam e independentemente de diferenças de opinião sobre este ou aquele problema da vida nacional — tem o seu lugar nas próximas jornadas de solidariedade com a Reforma Agrária. A sorte da sua liberdade, dos seus direitos, das suas conquistas, das suas aspirações a uma vida melhor e a um Portugal de progresso, de justiça social e de independência nacional, também se decide nos campos da Reforma Agrária, também se decide na luta heróica dos trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo.

**6.** O PCP exprime a sua profunda convicção de que os trabalhadores e os democratas portugueses, conscientes dos graves perigos que o Governo Sá Carneiro faz pesar sobre a liberdade e a democracia, mas seguros da sua firmeza, força, razão e combatividade, prosseguindo a grandiosa movimentação popular em curso, participando massivamente nas paralisações, plenários e reuniões e na aprovação de moções de apoio convocadas pelas organizações de trabalhadores, farão das jornadas de solidariedade de 25, 26 e 27 uma nova demonstração de que por vontade do Povo português e como resultado da sua luta, a Reforma Agrária resistirá e Abril vencerá!

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

# Semana

19 Quarta-feira 1434 - Fomão Lopes é nomeado cronista-mor do Reino pelo então infante D. Duarte.

Em comunicado ontem divulgado, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Ramalho Eanes, autoriza a efectivação de almoços-convívio comemorativos do 25 de Abril, a realizar em Lisboa e no Porto, entre militares do quadro permanente. O Presidente da República, general Ramalho Eanes, inicia em Aveiro uma deslocação de trabalho de seis dias ao Norte do País. O MAP, com a cobertura da GNR, entrega uma reserva na UCP do Freixial, no concelho de Évora, sem que os trabalhadores tivessem tido conhecimento prévio. A decisão do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral em adiar o Congresso das Comunidades e da dissolução da comissão organizadora, suscita energias protestos de associações de emigrantes espanhóis do todo mundo. Em plenário, cerca de 400 delegados, delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores do distrito do Porto manifestam a sua firme disposição de desenvolver todas as acções e formas de luta com vista a travar a ofensiva antipolítica actual que "não há a censurar" à CA da RTP pelo facto de ter proibido a transmissão do programa sobre o III Congresso da CGTP-IN. A Comissão Nacional da Juventude Socialista considera que a política do Governo de Sá Carneiro visa criar "a instabilidade política e destruir a Reforma Agrária".

20 Quinta-feira 1792 - Morre em Roma o escritor, filósofo e pedagogo Luis António Verney.

Termina o 3.º período de greve dos trabalhadores da RDP pela aplicação da tabela salarial, que teve a adesão de 65 a 75% dos trabalhadores, apesar do "lock-out" da administração. Os trabalhadores da Plessey Automática Electricidade concentram-se em Cabo Ruivo e na Cruz de Pau (Lisboa) para manifestarem a sua oposição à tentativa de despedimento de 1 256 dos 3 500 empregados daquela multinacional em Portugal. Os serviços regionais do MAP promovem a entrega legal de três reservas em três UCPs do concelho da Vidigueira, distrito de Beja. A União dos Sindicatos de Lisboa (USL) divulga uma série de acções de massas programadas para os próximos dias 25, 26 e 27 de apoio à luta dos trabalhadores da Reforma Agrária e de denúncia e repúdio dos actos de violência e corrupção executados pelo MAP do Governo Carneiro/Amaral. Os sindicatos representativos dos trabalhadores da Função Pública da administração central, regional e local realizam em todo o País muitas centenas de reuniões, nos locais de trabalho, durante as quais foi analisada a situação das negociações que decorrem com o Governo acerca da sua proposta reivindicativa comum (PRC).

21 Sexta-feira 1915 - Surge em Lisboa o primeiro número da revista "Orpheu".

Toma posse o novo Secretariado da CGTP-IN, eleito no III Congresso da central sindical portuguesa. Em comunicado a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), denuncia os desastrosos efeitos que a entrada de Portugal na CEE trará para a nossa economia e, sobretudo, para a sobrevivência dos pequenos e médios agricultores.

22 Sábado 1979 - São rejeitados durante a votação na generalidade na AR o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano apresentados pelo governo reaccionário de Mota Pinto.

Realizam-se duas grandes manifestações em Lisboa e Porto contra o aumento do custo de vida; no final da manifestação de Lisboa, que se realizou na Praça da Figueira, a Polícia de Intervenção agrediu brutalmente manifestantes que retiravam do local ferindo 16 pessoas. O Secretariado Nacional da CGTP-IN considera que a tomada de posição do Governo, através da SEC, sobre a proibição pela CA da RTP da transmissão do programa sobre o recente congresso da central sindical portuguesa, não responde às duas questões centrais que lhe estão sendo colocadas: a existência legal do direito de antena e a quebra de um contrato de facto celebrado entre a CGTP-IN e a RTP. Terminam, na Guarda, as "Jornadas Parlamentares do PS", onde se concluiu, nomeadamente, que o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral "não é capaz de governar a democracia". Em plenário distrital de sindicatos os trabalhadores dos concelhos de Fafe, Barcelos, e Vila Nova de Famalicão decidem manifestar-se na rua nos próximos dias 29 e 30 contra a política do Governo PPD/CDS; estas jornadas integram-se no âmbito das manifestações de apoio à Reforma Agrária decididas pelo III Congresso da CGTP-IN.

23 Domingo 1919 - Constituição da "Associação de Classe dos Empregados do Estado", que o Governo nunca reconheceu.

Mil e duzentos delegados, em representação de 458 organizações de agricultores de todos os distritos do Continente e Ilha da Madeira reúnem-se em Coimbra no II Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal/Assembleia Geral da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) onde foi aprovado um "Caderno de Reclamações Imediatas" e foram eleitos os órgãos directivos da CNA. O avião que levou o ex-Xá do Irão para o seu novo refúgio, o Egipto, faz uma escala técnica nos Açores; o Governo de Carneiro/Amaral justifica tal autorização com "razões humanitárias". Em plenário onde participaram cerca de 500 trabalhadores, os pescadores de Peniche decidem paralisar a actividade nos próximos dias 7, 8 e 9 de Abril como forma de luta pelo pagamento dos subsídios de desemprego do tempo de inactividade.

24 Segunda-feira 1764 - É fundado em Lisboa o Arsenal do Exército.

Os governadores civis dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal divulgam um "comunicado conjunto" a propósito das várias manifestações anunciadas para os três próximos dias nestas cidades, como forma de protesto contra as ilegalidades que o MAP tem vindo a praticar na zona da RA, pretendendo restringi-las. A União dos Sindicatos de Lisboa (USL), a Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações (FNSCT) e as Comissões de Trabalhadores e Sindical da Covina manifestam o seu repúdio pela tentativa de despedimento de 1 256 trabalhadores da Plessey. A Juventude Comunista Portuguesa (JCP), em nota da sua direcção nacional, alerta que a pouco mais de três meses do final deste ano lectivo pesa sobre milhares de estudantes do ensino secundário a ameaça de "chumbo colectivo" devido às "novidades" introduzidas pela circular 92/79 sobre avaliação de conhecimentos no 11.º ano de escolaridade e que apontam, nomeadamente, para a eliminação da avaliação contínua.

25 Terça-feira 1140 - Recinto de Valdevez, entre portugueses e leoneses.

Os trabalhadores da Rodoviária Nacional efectuam uma paralisação de 24 horas, em protesto contra a decisão do Governo em considerar a empresa em situação económica difícil; dos cerca de 12 000 trabalhadores abrangidos, apenas 400 não aderiram à greve. Inicia-se um pouco por todo o País a jornada de luta de três dias em defesa da Reforma Agrária que partiu da decisão do III Congresso da CGTP-IN, nomeadamente nos distritos do Sul do País, onde se realizaram plenários nas UCPs/Cooperativas e noutros sectores de actividade; também nos distritos da Reforma Agrária os trabalhadores amanharam as terras ilegalmente usurpadas, tendo a GNR, na Herdade de Santana, em Avis, disparado e carregado contra trabalhadores, ferindo gravemente Jerónimo Joaquim Valente.

# Os Comunistas na Assembleia da República

## O canto do cisne trauliteiro

A cortina de fumo, traduzida em reacção destemperada da direita, pretendendo encobrir, há dias, através do palavrão, e na quinta-feira passada através dos protestos de Pena, Roseta e Osório, apenas tem conseguido provar que não há fumo sem fogo. E que, como o deputado comunista João Amaral afirmou, o Governo teme o movimento operário. Com efeito, a intervenção de João Amaral, que versou sobre o direito de antena recusado até agora aos sindicatos e culminando com a retenção de uma reportagem do III Congresso da CGTP/Intersindical Nacional, desencadeou protestos bem curiosos da parte de quem vieram. Assim o CDS vai a terroir falar de golpes - não das tentativas reais que a direita urde, mas dos imaginários da oposição. E, com voz grossa, não "admitiu" que se fale da "mascarda eleitoral" que a maioria prepara. Os protestos continuaram. De novo não para refutar ou contestar

as acusações. Disse Pedro Roseta que o PCP devia reduzir-se à "insignificância" dos seus 18 por cento. Não é a primeira vez que o PPD assim trata o mais de um milhão de votos que o Partido Comunista e o MDP obtiveram dos portugueses. Mas fica-se na dúvida. Não quererá o PPD através do seu desastrosamente representante remeter para uma posição menos saliente o seu aliado CDS, meter o CDS "no seu lugar"? O facto é que o CDS continua a liderar a maioria, a imprimir-lhe o sentido do ataque às conquistas de Abril, na primeira linha da agressividade contra o regime democrático e os órgãos de soberania. E em todos os deputados da direita se reconhecem no discurso ultra dos "centristas". Assim foi quando do debate do voto apresentado pelo PCP, congratulando-se pelo aniversário das nacionalizações - voto que vinha sendo adiado -, o CDS produziu um discurso feroz

contra as nacionalizações, contra a "assembleia selvagem do MFA", contra o Partido Comunista, contra o Partido Socialista e, como não podia deixar de ser, contra o Conselho da Revolução, apodado eufemisticamente como vem sendo uso de "alguns elementos do CR". Evasivamente, Castro Caldas, do PPD, diz ir votar contra não porque esteja contra. Que as nacionalizações se impunham, disse. Que tinham aprovado as nacionalizações, lembrou-se. Mas que o modo como foram feitas... O PPM ainda teve mais dificuldade em descalçar a bota. Que iam votar contra por causa dos considerandos do voto. Que na altura das nacionalizações tinham pensado que eram boas. Não que fossem más. Mas os considerandos... Enfim, contra todos os partidos da esquerda que aplaudiram o voto, votou uma direita dividida nas considerações e desfalçada dos reformadores que acharam por

bem tomar a precaução de não estar presentes. O voto foi rejeitado. Mas mostrou que está do lado das conquistas de Abril e mostrou as dificuldades da direita. Na declaração de voto, Carlos Carvalhos, do PCP, depois de ter sublinhado que «a reconstituição dos privilégios e das fortunas das 100 famílias que dominaram Portugal está em marcha», e de que os trabalhadores e o povo saberão defender as conquistas da Revolução, apontaria: **Aqueles que se esconderam durante muito tempo aparecem agora, e cada vez mais, à luz do dia, mostrando aquilo que sempre foram. A voz do 24 de Abril é mais nítida, mas será enterrada. Dizem rejeitar o imobilismo porque, para eles, o movimento é o regresso ao passado... É o canto dos triunfalistas, é o canto dos arrogantes, dos trauliteiros, mas será também o canto do cisne...**

## Ouvir e perguntar para esclarecer

Os deputados comunistas continuam no seu trabalho diversificado de representar os interesses dos eleitores, não apenas dos que votaram neles, mas de todos os trabalhadores e de todos os democratas. E, como várias vezes aqui referimos, esse é um trabalho que se não realiza sempre no interior do hemiciclo, mas recebendo delegações ou partindo de São Bento em muitas direcções, pelo país. O deputado Jorge Lemos, por exemplo, visitou os Açores, desloca-se à Terceira, ao Faial e a São Miguel, de 14 a 21 deste mês, viagem sobre a qual contamos falar com mais detalhe no próximo número. Por seu lado, o deputado Fernando Rodrigues, que também é presidente da Comissão de Juventude da Assembleia da República esteve na passada semana na Escola Secundária n.º 2, em Vila Franca de Xira, onde recebeu uma moção aprovada pelos alunos das nove turmas do 11.º ano, que repudia a circular 92/79 da Direcção Geral do Ensino Secundário.

No seguimento de outras deslocações já efectuadas no distrito de Castelo Branco, o camarada João Amaral esteve nos passados dias 14 e 15 em Castelo Branco e Vila Velha de Ródão, visita em que foi acompanhado pelo vereador da APU na Câmara Municipal de Castelo Branco, Francisco José Costa e pelo membro da Assembleia Municipal, Carlos Vale. Esta deslocação, cujo objectivo foi o conhecimento das realidades do distrito, proporcionou a visita do Hospital Distrital e da Empresa Metalúrgica. Em Vila Velha de Ródão, João Amaral teve a oportunidade de se encontrar com a Comissão Intersindical e a Comissão de Trabalhadores do Centro Fabril da Portucel. No dia 15, à noite, João Amaral participou numa sessão de esclarecimento no Centro Popular de

## Uma floresta de receios

A maioria esteve mais preocupada, na passada terça-feira, em atear os ânimos contra a democracia que em contribuir para que os fogos na floresta não continuem. E foi assim que a direita, votando contra, reprovou o Projecto de Lei 392/1 sobre a Defesa da Floresta contra Incêndios, proposto pelo PCP e apoiado pelos comunistas, socialistas e deputados do MDP. Também Carlos Espadinha, do PCP, interveio na defesa daquele projecto, ao mesmo tempo que Guilherme Santos, do PS, na sua intervenção, indicaria o voto favorável daquele partido. Os discursos, porém, dos partidos da direita, deixariam claro qual seria o destino do documento. Faria de Almeida, do CDS, já célebre por declarações no hemiciclo na passada sessão legislativa atribuindo aos democratas a autoria dos crimes de fogo posto, tomou a seu cargo o ataque mais reaccionário ao projecto de lei, aproveitando essencialmente para de novo tecer insinuações insultuosas que foram repudiadas com calor pelos deputados do PCP e do PS. As posições dos outros

partidos da maioria - PPD e PPM, que reformadores de novo se furtaram ao debate e ao voto - foram em tom menor e menos provocatório. Limitaram-se a anunciar o apoio que iriam dar a um projecto a apresentar pelo seu Governo, versando a prevenção de incêndios, projecto apressado para tapar a lacuna deixada pelas promessas eleitorais. Enquanto Ferreira do Amaral reconheceu mesmo intenções positivas no documento apresentado pelos comunistas, manifestando receio de que a aprovação viesse a constituir «uma cunha» do PCP numa zona fora da intervenção da Reforma Agrária (1), o deputado Mário Lopes, do PPD, também num discurso menos agressivo que o usual,

deixou transparecer o falso medo da estatização das matas (!) **A Ordem do Dia, desta vez, apenas incidiu sobre a apreciação deste projecto. Na passada quinta-feira, a direita revogou, recusando a ratificação, o Decreto-Lei que estabelecia disposições relativas à formalidade do visto dos processos pelo Tribunal de Contas, registando-se a abstenção do PCP e o voto favorável do PS; outra ratificação, aprovada unanimemente, dizia respeito ao decreto-lei que fixava a data da cobrança do imposto de comércio e indústria relativo ao ano de 1979; foi finalmente lido e aprovado, com a abstenção de comunistas, socialistas e MDP, o relatório da Comissão de Economia Finanças e Plano.**

deixou transparecer o falso medo da estatização das matas (!) **A Ordem do Dia, desta vez, apenas incidiu sobre a apreciação deste projecto. Na passada quinta-feira, a direita revogou, recusando a ratificação, o Decreto-Lei que estabelecia disposições relativas à formalidade do visto dos processos pelo Tribunal de Contas, registando-se a abstenção do PCP e o voto favorável do PS; outra ratificação, aprovada unanimemente, dizia respeito ao decreto-lei que fixava a data da cobrança do imposto de comércio e indústria relativo ao ano de 1979; foi finalmente lido e aprovado, com a abstenção de comunistas, socialistas e MDP, o relatório da Comissão de Economia Finanças e Plano.**

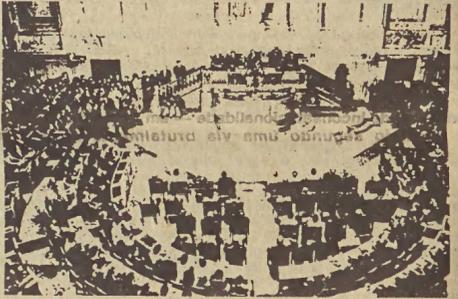
## O Governo teme o movimento operário

(...) O Governo teme o movimento operário - e procura calar a sua voz na comunicação social. O Governo teme o impacto que tem no povo a divulgação e esclarecimento sobre a iniciativa de capacidade do movimento popular e sobre as acções de massas que por todo o lado irrompem. O Governo actua aqui como actua na política geral - um governo contra os trabalhadores e contra a Lei, um governo sem cabimento no país real, no país dos que trabalham!

Hoje, importa sublinhá-lo, o Governo, perde completamente o pudor. Enfrentando as justas reivindicações dos trabalhadores da RDP e as legítimas formas de luta que democraticamente, deliberam assumir, o Governo viola a lei da greve e pratica o "lock-out", designadamente mandando, através da sua comissão administrativa, desactivar os dois canais da Rádio Comercial e fechar o Canal 4 - FM - Estereo. Mexendo-se neste caso como um autêntico barão medieval, usará, e sem limites éticos, jurídicos ou políticos, o Governo tem e terá por isso mesmo o firme

repeço dos trabalhadores do sector e de todas as forças democráticas! O Governo quer dominar a comunicação social do Estado para prosseguir os seus próprios objectivos e interesses e os da AD, em que se apoia. Se a operação política em que se integram estas medidas pudesse ser rotulada com transparência pelo Governo, não teríamos dúvidas em que os Senhores Ministros lhe chamariam «Operação Setembro», operação de manipulação e caga do voto. Ou seja: o que o Governo pretende é preparar (com

tempo) uma mascarada eleitoral. Para isso, a Comunicação Social do Estado, particularmente a RTP e a RDP, desempenham, na óptica do Governo, um papel fundamental e insubstituível. João Amaral 20-3-80



## A violência desproporcionada

No passado sábado, assistiu-se em Lisboa à reacção de actos de violência desmesurada por parte de forças policiais. Tais actos deveriam estar para sempre banidos da vida pública portuguesa após o 25 de Abril. (...) Nem as pretensas justificações de "estricto cumprimento" da legalidade podem iludir a circunstância e sancionar a violência desproporcionada e desproporcionada. Mas este acto deste Governo, longe de ser um caso fortuito, um mero acidente, insere-se plenamente numa preocupante linha política de restauração dos privilégios perdidos pelos antigos senhores do país, que passa necessariamente como os factos que se colocam, pela restrição e atropelo dos

direitos e liberdades dos cidadãos - ou cuja gravidade mais uma vez alertamos. Tais propósitos e tal política antidemocrática reflectem-se claramente na nota agora distribuída pelos Governadores Civis dos Distritos da Reforma Agrária. Sob a capa de alertar os cidadãos para as disposições legais em vigor, o documento mais não faz do que ameaçar com a repressão - ela sim ilegal e inconstitucional - as realizações programadas pelos trabalhadores como protesto contra a omissão e a política de restauração da destruição da Reforma Agrária. (...) É afinal o Governo e a coligação da direita que o apoia que se colocam, pela sua acção, fora do quadro legal e constitucional. São os trabalhadores e o Povo português que defendem as instituições democráticas e as liberdades conquistadas como o 25 de Abril. É neles que manifestamos a nossa ilimitada confiança, no seu sentido dos verdadeiros interesses nacionais e na sua capacidade de os defender. O Governo semeia ventos... Veiga de Oliveira (25/3/80)

## Um projecto dos comunistas

O nosso projecto de lei tem um âmbito bem delimitado: definir uma política de defesa da floresta contra os incêndios por via da intervenção nas condições físicas da própria floresta por forma a conferir-lhe um tal estado que dificulte a deflagração e o progresso do fogo, actuando tanto sobre a massa verde como sobre as infra-estruturas. Não deve pois discutir-se a extensão de lei como se ele fosse aquilo que não é, isto é, como se ele tivesse por objectivo estruturar um serviço nacional de incêndios ou, ao contrário, estabelecer as bases do ordenamento florestal nacional.

Hoje, importa sublinhá-lo, o Governo, perde completamente o pudor. Enfrentando as justas reivindicações dos trabalhadores da RDP e as legítimas formas de luta que democraticamente, deliberam assumir, o Governo viola a lei da greve e pratica o "lock-out", designadamente mandando, através da sua comissão administrativa, desactivar os dois canais da Rádio Comercial e fechar o Canal 4 - FM - Estereo. Mexendo-se neste caso como um autêntico barão medieval, usará, e sem limites éticos, jurídicos ou políticos, o Governo tem e terá por isso mesmo o firme

repeço dos trabalhadores do sector e de todas as forças democráticas! O Governo quer dominar a comunicação social do Estado para prosseguir os seus próprios objectivos e interesses e os da AD, em que se apoia. Se a operação política em que se integram estas medidas pudesse ser rotulada com transparência pelo Governo, não teríamos dúvidas em que os Senhores Ministros lhe chamariam «Operação Setembro», operação de manipulação e caga do voto. Ou seja: o que o Governo pretende é preparar (com

tempo) uma mascarada eleitoral. Para isso, a Comunicação Social do Estado, particularmente a RTP e a RDP, desempenham, na óptica do Governo, um papel fundamental e insubstituível. João Amaral 20-3-80

# O boicote à Câmara de Loures - o repúdio, o inquérito e a perigosa política do PS

Na Câmara Municipal de Loures, onde a APU é a força maioritária, sem deter no entanto a maioria absoluta, a resolução dos problemas que afectam a população está dependente da posição assumida pelos vereadores do PS e do PPD que desde o primeiro momento se aliarão numa estranha maioria. O que se está a passar nos Serviços Municipalizados e o boicote sistemático à actuação do presidente da edilidade são bem o exemplo da descarada subordinação dos interesses públicos a obscuros interesses pessoais e partidários. Qualquer alternativa que não seja o pagamento integral e imediato das dívidas. Mas não é «apenas» esta questão que está a provocar o descontentamento da população do concelho de Loures. A Câmara Municipal chega constantes reclamações sobre a forma tardia como é feita a ligação de baixadas, como sucede frequentemente no Bairro do Grilo, Serra do Alroste, S. José, Cativo, Apelação e Ramada, para já não falar dos protestos dos moradores do Bairro da Arroja (Odivelas) a propósito dos problemas com a iluminação pública (colocação de candeeiros). A falta de capacidade de resposta ou desinteresse dos responsáveis dos Serviços Municipalizados está bem patente no que se refere à obra de electrificação do Zambujeiro e reforço à Manjoieira onde ainda nada foi feito não obstante a obra ter sido adjudicada há cerca de um ano!

Para outros lados, as bases do ordenamento florestal nacional são algo de tal envergadura e complexidade (tanto científica e técnica como política) que pressupõem um conhecimento aprofundado e uma situação mais clarificada do que a actual. Mas será que o facto de não propormos esses caminhos desqualificam a nossa iniciativa? De todo que não. É que um serviço nacional de prevenção, detecção e combate aos incêndios não cuida do estado das matas; e um ordenamento florestal nacional é um sonho para incluir nos programas da Câmara os incêndios, os serviços oficiais esboçaram uma

continuar a ter de procurar os vereadores que fazem parte do Conselho de Administração nas próprias habitações para conseguirem despachar o simples expediente. (...) manha manifestação de desinteresse cabe perguntar porque razão os eleitos do PS e do PPD chamaram a si os cargos do Conselho de Administração, onde os membros da APU não têm qualquer lugar (a presidência ficou para Riço Calado, do PS e os secretários foram distribuídos por um vereador socialista e outro do PPD). A resposta é por demais óbvia para poder ser negada. Pretende-se boicotar todo o serviço prestado à população para depois responsabilizar a Câmara, ou seja, a força política mais votada - a APU. Impedindo o funcionamento normal de serviços tão importantes como o da prestação de água e electricidade, é fácil lançar de seguida a calúnia - «foi preciso os comunistas irem para a Câmara para a água e a luz começarem a faltar...» O método é velho. Impedir o funcionamento para depois se dizer que não funciona... Já poucos se deixam enganar com tais sistemas.

o e o apoio à actividade desenvolvida pelos eleitos da APU começa a fazer-se sentir cada vez com maior intensidade no concelho, alargando-se a outras autarquias que vêm com apreensão as tentativas de paralisação da Câmara e dos respectivos serviços. É o caso, por exemplo, da Assembleia de Freguesia de Camarate que em moção recentemente aprovada denuncia o boicote dos vereadores do PS e da direita às sessões da Câmara que por falta de quorum não se podem realizar, «atrasando assim a resolução de problemas tão importantes como os que nesta freguesia afligem a população - os bairros de barracos e o processo SAAL, a recuperação dos bairros clandestinos, os problemas de água, luz, esgotos, os arruamentos, as estradas, as escolas, as creches, etc., etc...» Posição semelhante foi tomada pela Junta de Freguesia de S. João da Talha, que aprovou um voto de confiança ao presidente da Câmara Municipal de Loures (pelas provas de trabalho e honestidade já dadas) e repudia energeticamente a actuação dos vereadores do PS e do PPD/PSD.

A actividade do ex-presidente daquele município e agora vereador Riço Calado no final do último mandato suscitaram sérias dúvidas ao novo presidente, que decidiu solicitar ao Ministério da Administração Interna (MAI) um inquérito sobre essa matéria. Como se faz notar no esclarecimento público divulgado a propósito pelo presidente da Câmara, Severiano Falcão, de Novembro a Dezembro de 1979 Riço Calado deu execução a um elevado número de decisões tomadas em sessões camarárias cujas actas nunca foram aprovadas, o que é manifestamente ilegal. No documento refere-se que naquele período a Câmara realizou oito reuniões, quatro das quais extraordinárias, totalizando 120 decisões de extrema importância para o concelho. Metade dessas decisões referem-se a loteamentos urbanizados de grande vulto, tal como a da Quinta do Infante que envolve trinta e cinco mil habitantes e alguns milhões de contos. Que motivos impediram a aprovação de tais actas? O facto das actas dessas reuniões não terem sido aprovadas impediu o presidente da Câmara de mandar proceder a actos de execução de deliberações, sob pena de cometer graves ilegalidades, e levou a que fosse solicitado ao MAI a nomeação de instrutor de processo de inquérito para apreciar as questões que

decorrem da não aprovação das actas. De salientar que o vereador Riço Calado havia proposto a aprovação das actas pelo seu actual vereador, o que não foi aceite, pois independentemente de se considerar que a generalidade dos assuntos em causa é de interesse para o concelho os vereadores não estão dispostos a assumir a responsabilidade de decisões que lhes não pertencem, sobretudo quando se levantam dúvidas de carácter legal sobre alguns assuntos. Sem querer especular sobre o assunto - a documentação existe e o inquérito sobre ele se pronunciará - importa salientar a irresponsabilidade (se mais não for) do ex-presidente Riço Calado e a sua descarada intenção de tentar transpô-la para o novo executivo. Lamentável é que os responsáveis pelo PS continuam a dar cobertura à actividade deste vereador, que nos Serviços Municipalizados a quem preside trocou o trabalho pelo boicote e se preocupou mais em atacar a imagem do novo presidente da Câmara de Loures, em particular, e da APU, em geral, em vez de corresponder à confiança dos próprios eleitores do PS. Lamentável, sobretudo porque se o boicote é possível a sua denúncia também o é; lamentável, porque se a irresponsabilidade existe também o seu desmascaramento público não deixará de ser feito.

# A REFORMA AGRÁRIA VENCERÁ!

## Quem disse que agricultores recebem mais terras?

É o próprio Governo que o diz! Mas na verdade o que se passa é que o Governo em vez de dar as prometidas terras aos pequenos agricultores, pelo contrário tira-lhes! E não se diga que é por falta de terra porque continuam aguardando expropriação cerca de 700 000 mil hectares!

Sucedeu na UCP "Pão para todos", que a sanha do MAP dos latifundiários destruiu completamente. O caso é que esta Cooperativa cedia a cerca de 26 agricultores, todos os anos, terras de regadio para culturas de Primavera. Com a demarcação de reservas, a Cooperativa ficou totalmente inviabilizada. E entre estas reservas foram usurpadas as terras onde pequenos agricultores semeavam, terras para onde já alguns deles tinham feito, para este ano, despesas da ordem dos 30 contos em alqueives e viveiros de tomate e pimentão!

Quando toda a gente aguardava que depois da demarcação das reservas, o Governo — que tanto traz na boca da demagogia os "interesses dos pequenos agricultores", que tanto fala em dar-lhes as terras roubadas às UCPs — salvaguardasse, de facto, a posição dos 26 agricultores, cedendo-lhes de novo as terras (a maior parte delas já alqueivadas e com empenho de capital em viveiros), eis que os serviços do MAP de Elvas ordenam a distribuição de alguns hectares. Mas (pasmem-se!) não beneficiam qualquer dos 26 agricultores comprometidos com despesas nas terras! Deitando estes homens

pela borda fora das terras que a UCP lhes havia cedido, o MAP, por ordem do senhor Goulão, manda distribuir os hectares a homens da CAP do senhor Casqueiro, recusando-se os serviços locais do MAP a indemnizar os pequenos agricultores pelos trabalhos da lavoura já feitos, os quais segundo os mesmos serviços devem ser compensados pela "Pão para Todos" ou seja, por uma cooperativa destruída!

Note-se que tais tipos de entrega de terras a gente da CAP ou outra ideologicamente afim não são originais no concelho. É assim que o senhor Dionísio Adagas, pedreiro de Varche, recebeu 10 hectares no Monte Campo em Elvas e o senhor Lérias, funcionário da Alfândega, da Calais, Elvas, recebeu entre 10 a 18 hectares. Um e outro nunca tiveram nada a ver com a agricultura. São muitos, mas mesmo muitos, os casos semelhantes. No entanto os beneficiados são "defendidos" — a maior parte nem surgem nas terras que lhes foram distribuídas — e para se chegar a esses nomes é preciso desafiar os esquemas de secretismo de grupos mafiosos bem organizados e melhor protegidos.

Organizações de pequenos agricultores entre as quais as Ligas de Elvas e de Campo Maior — no próximo "Avante!" publicaremos entrevista com alguns dos seus dirigentes — consideram mesmo que esta estranha distribuição a gente arredia da lavoura e que

mantêm outras profissões, encobre uma manobra para possibilitar ao Governo vir aos Órgãos da Comunicação Social, com voz mansa e negros propósitos, clamar "Nós distribuímos terras!" enquanto os pequenos agricultores continuam a reivindicar, quase ignorados do resto do País, as terras por expropriar. Mais, segundo adiantam dirigentes das Ligas de Campo Maior e de Elvas, resta saber se muitos dos homens que recebem as terras estão realmente interessados nelas ou se, afinal, se trata de um acordo temporário, passando depois de acalmados os ânimos, estas mesmas terras para as mãos dos agrários.

Tudo isto são hipóteses levantadas por organizações de agricultores despertas para as novas medidas do Governo — a escandalosa taxa do solo e a não menos escandalosa taxa da água que aumentou 300 por cento — que vêm dificultar ainda mais a amarga vida dos pequenos agricultores.

Entretanto, na semana passada, os agricultores de Elvas e Campo Maior, numa concentração junto dos Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária da Sub-Região de Elvas voltaram a reivindicar a distribuição das terras nacionalizadas, expropriadas ou por expropriar que se mantêm na posse dos agrários, realçando que não pretendem qualquer terra que esteja sob a posse ou a gestão das UCPs/Coop.

## Mais 200 polícias para o Alentejo!

Mais de duas centenas de polícias de intervenção foram mobilizados pelo Governo para o distrito de Évora vindos de Faro e Lisboa, ao mesmo tempo que foram reforçadas as forças locais da GNR com o objectivo claro de intimidar e reprimir as populações que nos dias 26 e 27 de Março se preparam para expressar o seu repúdio pela política criminosas e inconstitucional do Governo de Sá Carneiro/Amaral e o seu apoio e solidariedade à Reforma Agrária.

Recordando Fevereiro de 1979 em que o Governo Mota Pinto/PPD-CDS mobilizou igualmente para Beja, Évora e Portalegre um forte contingente de polícia de intervenção, vinda expressamente de Lisboa, as forças da "AD" também só na repressão encontram resposta para os legítimos protestos dos trabalhadores e do povo português em geral, contra a política de direita fascizante do Governo de Sá Carneiro/Amaral.

Passeando-se arrogantemente a pé ou de carrinha pelas ruas da cidade, vigiando e roubando as casas de democratas e dirigentes conhecidos, procurando intimidar as autarquias locais e os subscritores das comunicações das concentrações, o Governo, através da polícia de «choque» quer lançar nas terras do Alentejo um clima de tensão e repressão digno dos tempos do fascismo.

Engana-se, contudo, o Governo de direita e as forças reaccionárias que

o apoiam, que cada vez mais isolados e desmascarados não tardarão a ser derrotados.

Os trabalhadores e as suas organizações não se intimidarão com tais manobras, como não se intimidaram durante o fascismo. Continuaremos sempre a luta pela defesa da Reforma Agrária e do Portugal de Abril, contra a política daqueles que querem reinstaurar no país um regime autoritário e repressivo.

Quem está fora da lei e da Constituição, quem actua contra a lei e contra a Constituição é o Governo e não os trabalhadores. Este Governo não serve a democracia nem o País.

Respeitaremos integralmente o quadro constitucional e legal mas não abdicaremos de nenhum dos direitos que as leis e a Constituição nos conferem.

A Reforma Agrária vencerá!  
Portugal de Abril seguirá em frente!  
O Governo Sá Carneiro/Amaral será derrotado!

União dos Sindicatos do Distrito de Évora  
Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora  
Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora

## Quando o Governo é «reservatório»...

Acontecem coisas como esta... A Cooperativa 21 de Dezembro foi tirada a Herdade da Comenda. Desta vez a entrega não foi feita a nenhuma família de agrários mas à Junta de Colonização Interna que é proprietária da referida herdade e que não cedeu às intenções dos trabalhadores que queriam manter a Comenda arrendada.

Para além do golpe que representa para a Cooperativa, a retirada desta herdade, que compreende 279 hectares de

regadio e onde estava instalada a sede social, outro prejuízo de monta atingiu os trabalhadores: onde no Verão trabalhavam 70 trabalhadores e actualmente 31, ficaram somente 3 tractoristas, 3 ganadeiros, 3 trabalhadores indiferenciados, 1 guarda.

A outros três trabalhadores foram entregues terras: 4 a 6 hectares a cada um. Quanto aos restantes, lançados, sem apelo nem agravo no desemprego,

alguns tinham mais de 10 anos de trabalho na referida herdade. Acresce que muitos deles são já idosos, sem qualquer possibilidade de encontrar outro tipo de trabalho. Eis alguns exemplos:

José Passarinho, de 63 anos de idade e 5 de serviço na herdade; Filomena Charruada, de 59 anos e 7 de serviço; Teodora Silva, de 51 anos e 15 de serviço; Silvina Vida de 16 anos e 3 de serviço; Maria Barbana Vida, de 24 anos e 12 de

serviço; Maria José Branco, de 52 anos e 6 de serviço; Jacinta Corretor, de 51 anos e 5 de serviço; Maria Carola, de 47 anos e 8 de serviço; Lídio Caldeira, de 41 e 9 de serviço; Francisco Caladinho, de 34 anos e 6 de serviço; Porfírio Andrade, de 64 anos e 5 de serviço; Maria Bandeira, de 48 e 4 de serviço; Joaquina Silva, de 61 anos e 5 de serviço.

Quando o Governo Sá Carneiro/Amaral é reservatório sucedem

coisas iguais às que ocorrem quando as terras são recebidas por agrários. Porque este é o Governo da mudança que pretende fazer regressar o tempo; reconstituir os latifundiários, trazer de novo ao Alentejo, como aliás, a todo o País, o poder político e económico dos agrários e capitalistas, a miséria para as massas trabalhadoras. Isto é o que o Governo quer. Isto é o que o povo trabalhador não consentirá.

## Ofensiva contra UCP's gera desemprego

### •Câmara Municipal de Elvas toma posição

«Repúdio que nas aplicações das leis, desta ou doutras, se exagerem e excedam os processos de aplicação de leis».

Esta a posição expressa ao «Avante!» pelo presidente da Câmara Municipal de Elvas, Joaquim M. V. Trindade, eleito pelo PSD. Em causa, a Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária, Lei Barreto, que tem vindo a ser aplicada — e violada sistematicamente, independentemente de em si mesma enfermar de inconstitucionalidade — em terras do Alentejo e Ribatejo segundo uma via brutalmente repressiva e violenta.

«Frente a frente com o «Avante!», responsáveis de uma autarquia bastante heterogénea: além do presidente, Joaquim Trindade, eleito pelo PSD, falamos nos Manuel António Torneiro, independente eleito pelo PPM, José Manuel Santos Silva e Anibal Franco, ambos eleitos pela APU. Os elementos do CDS e do PS não se encontraram na Câmara. Outro representante, independente eleito pelo PPM, não compareceu na entrevista.

«Avante!» — A 29 de Fevereiro estiveram nesta Câmara, delegados de trabalhadores de várias UCPs/Coop. expõem ao senhor presidente da Câmara a situação de desemprego galopante derivada da destruição e inviabilização das UCPs. Por outro lado, esta autarquia, por decisão unânime, fez-se representar por uma delegação oficial ao Encontro das Autarquias, realizado em Évora, no passado dia 14, para estudar as formas de apoio à Reforma Agrária. Qual a posição do senhor presidente da Câmara quanto a formas de apoio a desenvolver por esta autarquia?

Joaquim Trindade — Tal como tive ocasião de dizer em Fevereiro aos trabalhadores, há dois aspectos que nos preocupam. Um, o modo como esta lei está a ser aplicada. Manifestei-lhes claramente o meu repúdio relativamente a excessos na aplicação das leis, esta ou quaisquer outras. É condenável que se degrade a aplicação das leis seja qual for

a sua matéria, e que se excedam os processos da sua aplicação. A segunda preocupação que manifestei ao delegado sindical de Elvas, e aos trabalhadores, diz respeito à sua situação de desemprego e subemprego. E pedi-lhes uma previsão a um prazo futuro — a três e a seis meses — do volume de desempregados para procurarmos enquadrar essa mão-de-obra em obras em curso na Câmara Municipal, tentando minimizar a situação das famílias dos trabalhadores em desemprego. Precisamos de ter uma imagem do potencial de desempregados para avançarmos uma perspectiva em termos futuros das capacidades da Câmara Municipal para enfrentar a situação.

«Avante!» — Está, no entanto, fora de dúvida que as potencialidades da Câmara são limitadas, não bastam para absorver o volume de desemprego gerado por força da ofensiva contra a Reforma Agrária. E por outro lado, será essa a solução quer em termos individuais para os trabalhadores, quer em termos colectivos para a economia nacional, dado o enorme prejuízo que representa o facto de muitas das terras tiradas às UCPs ficarem paradas, dado ainda o facto desta ofensiva perturbar a produção, atrasando ou impedindo mesmo as culturas da Primavera?

Joaquim Trindade — A minha posição é muito clara e inequívoca. Aliás numa sessão desta Câmara tive oportunidade de a manifestar.

num Estado democrático e de direito, as leis devem ser cumpridas ou, quando não correspondem aos interesses dos cidadãos, devem ser revogadas também no órgão próprio, que é neste caso a Assembleia da República.

### Destruição das UCP's toma o concelho mais pobre

José da Silva — Para além das reservas que a lei merece à APU, a sua aplicação tal como se processa é de repudiar. Pessoalmente estive presente na entrega de algumas reservas: o aparato repressivo e os termos provocatórios fazem lembrar os tempos anteriores ao 25 de Abril. Quanto ao desemprego gerado penso que a solução não está na atribuição do subsídio de desemprego nem na entrada desses trabalhadores para as obras da Câmara. É sobre isto que as Câmaras Municipais devem tomar uma posição muito clara. No encontro de Évora, em termos pessoais, ainda que integrando uma delegação oficial, chamei a atenção para a ofensiva e para as formas de salvaguardar os interesses dos trabalhadores. As autarquias possuem interesses próprios da população que representam e devem assumir uma posição muito clara em relação à Reforma Agrária ou a outros sectores de actividade do concelho, na salvaguarda dos interesses da população que nos elegeram. E a manutenção dos postos de trabalho parece-me extremamente importante. Por outro lado, a verdade é que a lei não está a ser aplicada integralmente. Só está a ser aplicada na parte da demarcação das reservas, havendo o cuidado de serem dadas as melhores terras aos agrários. Ou seja, assistimos ao sistemático bloqueio económico das UCPs.

Manuel António Martins Torneiro (Independente eleito pelo

PPM) — Na minha qualidade de vereador da Câmara Municipal de Elvas, quando me candidatei foi com a consciência absoluta que teria de defender as populações relativamente aos seus direitos. Estou seriamente preocupado com o desemprego que possa advir para os trabalhadores rurais porque o nosso concelho está inserido numa zona essencialmente agrícola. Como não é possível a curto ou a médio prazo indústrias que possam superar o desemprego, absorvendo a mão-de-obra, julgo que o Governo tem o dever e a obrigação de resolver os graves problemas que poderão surgir a todos os que possam ficar sem possibilidades de recursos económicos. E repudio que qualquer trabalhador válido tenha de se socorrer do Fundo de Desemprego, que não conduz nada nem ninguém e não ser como plataforma de último momento.

Anibal Franco (vereador eleito pela APU) — A minha posição é também clara. Apoio incondicionalmente a Reforma Agrária. Tal como salientei o António Manuel, não se prevê a médio prazo indústria capaz de absorver a mão-de-obra excedentária. A Câmara é financeiramente pobre e a destruição da Reforma Agrária conduz ao depauperamento do próprio concelho. As Cooperativas fizeram bastantes investimentos que não foram pagos. O CAE foi canalizado para esses investimentos e não foi transferido para créditos a médio ou a longo prazo, o que cria sérias dificuldades às UCPs e portanto à manutenção dos postos de trabalho. Mas o factor determinante são os milhares e milhares de hectares de terra usurpada às UCPs que lançam

populações no desemprego e contribuem fortemente para manter esta zona, que poderia ser economicamente florescente, numa miséria cada vez mais constante, e levam, desde já, à emigração das pessoas. Há terras que foram tiradas às UCPs e agora não estão semeadas, estão abandonadas ou subaproveitadas. Por outro lado, não é verdade que estas terras tenham sido distribuídas por pequenos agricultores. Foram dados alguns hectares a pessoas que, muitas das vezes, nada têm a ver com a agricultura. Quanto a pequenos agricultores, o que se verificou há dias é que o Governo expulsou os pequenos agricultores das terras da «Pão Para Todos».

«Avante!» — Fala-se na aplicação integral da Lei mas a verdade é que a Lei Barreto nem sequer está a ser aplicada. As expropriações não avançam. O Governo concede 70 000 pontos a absentistas que tinham direito somente a 35 000, concede majorações ilegais, trata dos casos de propriedade como se tratasse de propriedades distintas, revoga despachos revogatórios, anula decisões do Supremo Tribunal Administrativo. Enfim, nem sequer na parte da demarcação de reservas se pode dizer que a Lei está a ser aplicada mas sim ultrapassada. Qual a posição do senhor presidente da Câmara sobre isto?

Joaquim Trindade — A minha perspectiva é a da aplicação de todas as leis tal como são na letra e no espírito. Direi que as leis que não são aplicadas tal como são na letra e no espírito não contam com a minha adesão.

## 5150 contos de danos só na Vilaboinense

Os casos que citamos a seguir constituem apenas alguns exemplos dos graves prejuízos originados pela ofensiva contra a Reforma Agrária que, no imediato, se avaliam em aumento do desemprego, desgaste económico das UCP's quando não são totalmente destruídas — baixa de produção, perda de culturas: das feitas pelos trabalhadores e abandonadas pelos agrários reservatórios e das que ficam por fazer nas terras entregues. No imediato os prejuízos a nível da economia nacional, contabilizados e pagos pelos trabalhadores de Norte a Sul do país, embora menos visíveis nem por isso custarão menos.

### Aumento do desemprego

● Na UCP Agrícola Revolucionária Vilaboinense, a área inicial era de 2100 hectares empregando 70 trabalhadores permanentes e 25 eventuais. Actualmente a sua área é de 750 hectares e emprega somente 24

trabalhadores permanentes e 8 eventuais. Os valores usurpados à UCP (cabeças de gado que não constavam do inventário, melhoramentos vários e 200 hectares de trigo e cevada) totalizam 5.150 000\$00.

● Na UCP Agrícola Albufeira do Monte Branco, a área inicial era de 3966 hectares. Actualmente é de 2463 ha. O número de trabalhadores passou de 90 para 62.

### Terras roubadas terras paradas

Eis o estado de algumas das reservas de terras tiradas à UCP Agrícola Albufeira do Monte Branco:

● Na Herdade do Monte Branco de 60 hectares, apenas 30 ha estão semeados. Na Tapada do Cal, com 130 hectares, somente 10 ha estão semeados; na Herdade de Marinela de Cima de 69 hectares nada está semeado; na Herdade de Marinela Nova, com 150 hectares, há um único trabalhador e apenas 7 hectares estão semeados com trigo.



Na Câmara Municipal de Elvas, o presidente, Joaquim Trindade, eleito pelo PSD, os vereadores Manuel António Torneiro, independente eleito pelo PPM e José da Silva e Anibal Franco, ambos eleitos pela APU, falam ao «Avante!»



Três imagens exemplares entrelaçando-se na mesma realidade — a Reforma Agrária. A primeira, ao cimo, fala num tempo de trabalho e amor à terra, com o homem novo dos campos da Reforma Agrária modelando o Futuro com as mãos, pacífica e laboriosamente, no Portugal de Abril. Na segunda alinha-se a expressão física da violência contra a mais bela conquista da Revolução, violência inspirada pelo ódio revanchista e de classe dos antigos senhores do passado, os verdadeiros responsáveis pelo arbítrio e brutalidade que o seu governo reaccionário está desencadeando contra a Reforma Agrária. Em baixo fala-se num tempo de luta tão velho e vasto como a exploração dos trabalhadores do Alentejo e Ribatejo. Luta que tem sido conduzida sem vacilações nas condições mais duras e que se reacende sempre mais forte. Até à vitória final.

A luta Heróica dos Povos contra a Opressão e o Fascismo

edições Avante! Distribuição CDL



# É contra isto (e muito mais) que o povo protesta!

É claro que não são precisas estatísticas para sabermos uma coisa evidente todos os dias: os preços sobem, o custo de vida aumenta, a política do Governo PPD/CDS torna a vida impossível!

Mas o que é deveras importante é que, ao mesmo tempo que os dirigentes do Governo da direita se desfazem em discursos e entrevistas a dizer que não senhor, as coisas não estão tão mal como isso, a acção do Governo não é responsável pela situação, etc., os números oficiais do Instituto Nacional de Estatística vêm dizer absolutamente o contrário!

Os números são muitos, mas detenhamo-nos sobre os referentes aos aumentos dos preços verificados em Lisboa e no Porto entre Dezembro de 1979 e Fevereiro de 1980, portanto, sem quaisquer margens para dúvidas, em pleno período de «mudança» da direita. E é assim:

Produtos	LISBOA	
	Preço em Dez/79	Preço em Fev/80
Feijão branco	62\$00	66\$60
Feijão manteiga	68\$50	75\$70
Feijão catarino	63\$00	64\$60
Carne de vaca de 1.ª (s/osso)	370\$00	377\$80
Carne de vaca de 2.ª (s/osso)	271\$00	279\$80
Lombo	487\$30	497\$80
Chispe fresco	86\$00	87\$00
Fígado	210\$00	215\$00
Fiambre	287\$00	296\$50
Coelho	219\$00	222\$60
Cachucho	131\$00	181\$00
Corvina	142\$40	181\$00
Faneca	141\$00	145\$40
Peixe espada	168\$00	173\$90
Lulas	230\$80	267\$40
Atum enlatado	303\$20	313\$80
Queijo cabreiro	175\$50	193\$00
Queijo tipo serra	247\$00	250\$30
Cacau	407\$00	416\$00
Café moído (puro)	564\$80	577\$90
Café mistura	115\$50	130\$50

Produtos	PORTO	
	Preços em Dez/79	Preços em Fev/80
Feijão branco	38\$80	47\$10
Feijão manteiga	53\$80	55\$80
Feijão catarino	59\$60	61\$60
Carneiro lombo	257\$00	290\$00
Carne de vaca lombo	429\$00	437\$00
Fígado	210\$00	235\$00
Faneca	124\$00	129\$00
Peixe espada	159\$00	171\$00
Lulas	212\$00	232\$00
Atum enlatado	294\$00	303\$00
Leite em pó	122\$00	126\$00

Destes números podem tirar-se algumas conclusões, para além do que eles em si já confirmam. Assim, se o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral continuasse em funções até ao fim do ano, aplicando esta sua política, teríamos que os preços continuariam a subir e se subissem ao mesmo ritmo que subiram nestes dois meses lá para Dezembro

- a carne de vaca de primeira custará 425\$40/kg
- a corvina custará 760\$00/kg
- as lulas custarão 650\$00/kg
- ... e o cachucho andarà por um conto e duzentos!

### A batata

Mas também temos o caso da batata! Que não há. Mas estão a chegar 20 000 toneladas de batata de consumo importadas por dez importadores privados, um mês depois de outra partida de 10 000 toneladas que também chegaram pelo circuito dos importadores privados.

Da primeira importação, as tais 10 000 toneladas, nem uma batata chegou ao público! Entretanto, um jornal afecto ao Governo noticiou que na região de Torres Vedras foram vendidas por grandes armazenistas 400 toneladas de batata de consumo como batata de semente (que é mais cara): sucede que a batata tinha anti-abrolhante (um produto que não permite que grele) o que a torna inútil para a sementeira. Onde, os agricultores que as compraram limitaram-se a enterrar as divisas que elas custaram ao país, suportando os prejuízos, tudo em benefício de um punhado de grandes capitalistas.

Pois apesar deste escândalo, que faz o Governo com as 20 000 toneladas que estão a chegar? Entrega-as aos grandes armazenistas que ficam assim com o controlo da sua distribuição para, com a complicitade dos ministros, avançarem em novas negociações.

### E o açúcar

Mas não só com batatas os ministros do PPD e do CDS fazem e deixam fazer negociações. Temos também o caso do açúcar.

O Governo Carneiro/Amaral, juntamente com interesses privados ligados à RAR, Refinarias de Açúcar Reunidas, preparam-se para retirar à ASA - Administração Geral do Açúcar e do Alcool a importação e comercialização das ramas de açúcar e do álcool!

O Governo procura entregar aos grandes importadores privados a importação de uma quota parte das que são feitas pela ASA, o que significa que o Governo se prepara para entregar aos intermediários uma fonte de lucro fácil, à custa - claro - do povo português.

A ASA só nos últimos três anos teve três milhões de contos de lucro que revertem integralmente para o Estado: ora, o Governo AD quer agora passar este negócio rentável para as mãos dos capitalistas nacionais e estrangeiros (como aliás pretende fazer com outros sectores de economia). É a política de dar a carne aos capitalistas e deixar os ossos para o povo!

Mas os industriais da refinação do açúcar têm contado com outro apoio (como é por exemplo o caso do eng. Sousa Uva) para as suas negociações e lucros de milhares e milhares de contos. É o caso da taxa de refinação que é fixada em função do cálculo do volume de ramas que se importa cada ano: quanto maior é o volume previsto, mais baixa é a taxa. A traficância está à vista: a Direcção Geral do Comércio Alimentar (DGCA) que fixa a taxa tem, por pressões várias dos industriais, calculado o volume de ramas por baixo, o que implica que uma quantidade 100 seja refinada aos preços que competem a uma quantidade muito menor. Esta tramóia rendeu o ano passado aos industriais um sobre-lucro superior a 100 000 contos e, tendo em conta as «previsões» feitas este ano pela DGCA, o povo português vai pagar aos industriais um novo lucro de mais de 200 000 contos!

É a direita no poder!  
É o que PPD/CDS querem fazer deste país - e que o povo português não quer!



## “A luta continua, Sá Carneiro para a rua” - gritaram milhares de pessoas nas ruas do Porto

Uma enorme multidão, calculada em cerca de cem mil pessoas pelo Secretariado da União dos Sindicatos do Porto/CGTP-IN, desfilou pelas ruas da “baixa” portuense, na tarde de sábado, depois de se ter concentrado na Praça General Humberto Delgado e transbordando para a Avenida dos Aliados. “A luta continua, Sá Carneiro para a rua”, “AD a governar, a vida a piorar”, “O custo de vida aumenta, o povo não aguenta”, “Avante, avante pela Reforma Agrária”, “Alentejo que dá pão não merece a repressão”, “Tecto salarial só interessa ao capital”, “CGTP-Unidade sindical”, “Contra a reacção, defender a Constituição”, foram algumas das palavras de ordem mais gritadas pelos

manifestantes, onde era saliente a presença de mulheres e dos reformados. Ameaçados cada vez mais duramente pela carestia e pelas dificuldades que o Governo lança sobre os ombros do conjunto da população, uma numerosa representação de reformados desceu as ruas do Porto, empunhando bandeiras negras da fome e exprimindo uma situação deprimente e revoltante. Um enorme caudal convergiu para a “baixa”, destino de dezenas e dezenas de milhares de pessoas. A força e determinação reveladas, juntava-se, aqui e ali, uma nota de humor. Um cartaz, por exemplo, exibiu um cabaz roto e o Sá Carneiro com os pés de fora, além da legenda: “O Carneiro

e o Amaral na rua não estavam mal”.  
**Derrotar o Governo e a sua política**

Duas moções foram aprovadas unanimemente pela multidão. Na primeira, reclamavam o termo da criminoso ofensiva do Governo e apelavam à participação activa nas jornadas de luta, que começaram na terça-feira passada e terminam hoje.

Na segunda moção, os participantes na gigantesca jornada do Porto condenavam a política antipatriótica do governo “AD” e garantiam que “os trabalhadores continuarão a lutar, no caminho

apontado pelo III Congresso da CGTP-IN, com o objectivo de derrotar o Governo e a sua política e para que seja substituído por um governo democrático, que respeite os interesses dos trabalhadores e do povo, que defenda a Constituição da República e as conquistas de Abril”.

Grandes ovações, acompanhadas por palavras de ordem gritadas em uníssono pela multidão, aplaudiram os passos mais significativos das intervenções proferidas por Armando Teixeira da Silva, membro do Secretariado Nacional da CGTP-IN, assim como a de Vitor Ranita, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito do Porto e dirigente da USP - CGTP-IN.



## A Praça da Figueira foi pequena para tantos que protestavam!

Estamos aqui lutando contra o aumento dos preços, contra a contenção dos salários, contra o generalizado aumento do custo de vida. Fazemo-lo unidos e conscientes dos nossos direitos. Sabemos que temos a razão do nosso lado, e que connosco está a opinião da maioria do povo português. Estas palavras foram pronunciadas na tarde do passado sábado na Praça da Figueira, em Lisboa, e sancionadas pelas palavras de ordem gritadas por muitos e muitos milhares de vezes que responderam de imediato mudança da AD, nos preços, já se vê, o povo não come com o cabaz da fome e Carneiro e Amaral ao serviço do capital. Pelas 15 horas a Praça da Figueira transbordava de gente

que, empunhando muitos cartazes e bandeiras, dísticos e panos, respondia ali, em número impressionante, ao apelo da Comissão Organizadora da Concentração contra o Aumento do Custo de Vida. Presentes muitas mulheres, destacando-se em número e combatividade. Esta concentração, promovida pelo Departamento das Mulheres da União dos Sindicatos de Lisboa (USL), MDM, Associação dos Inquilinos Lisboenses, CUMS, Comissão Distrital do MURPI, Departamento de Juventude da USL e Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores, culminava uma jornada de luta começada durante a manhã com a distribuição de um “jornal” sobre a alta do custo de vida, distribuído em toda a cidade, desde a entrada

dos Olivais até Algés, le acompanhada pela realização de mini comícios de informação e esclarecimento.

A primeira intervenção foi proferida por um elemento da Comissão promotora da manifestação, que começaria por sublinhar que quando os trabalhadores e as populações gritam nas ruas das nossas cidades e vilas o custo de vida aumenta, o povo não aguenta não estavam a criar “slogans” demagógicos com objectivos de agitação social - esta palavra de ordem corresponde a uma realidade sentida no dia-a-dia e traduz as conclusões de uma análise profunda à situação concreta que hoje se vive em Portugal - e os factos falam por si e do que é um Governo de direita: contenção de salários, o fomento e permissão de despedimentos, decretar de medidas legais e inconstitucionais, a utilização de uma política violenta e criminosa na zona de intervenção da Reforma Agrária, o aumento brutal do custo de vida, com relevo para os produtos de primeira necessidade...

tência é encabeçada por organizações de classe fortes, prestígiadas, e que congregam à sua volta e têm a confiança da esmagadora maioria dos trabalhadores e da população.

A primeira moção apresentada referia-se à Reforma Agrária. Lida com veemência, escutada com emoção, vinha a ser aprovada por unanimidade num clamor gigantesco que gritava Reforma Agrária dá pão, a sua destruição não! e A luta continua, Sá Carneiro para a rua! Esta última palavra de ordem exigindo o fim do Governo reaccionário de Sá Carneiro, pontuaria, de resto, todas as intervenções proferidas e sublinharia particularmente todas as referências à política antipopular e gravosa levada a cabo pelo actual Executivo.

Foi o que aconteceu durante a apresentação da 2.ª moção sobre a globalidade da política do VI Governo, onde, nomeadamente, se manifestou o mais vivo repúdio pela sua política que, em apenas três meses de governação, lesou profundamente o Povo português; aumentou brutalmente os preços; bloqueou os contratos colectivos; desencadeou uma onda de violência e repressão sobre os trabalhadores e populações indefesas; declarou empresas em situação económica difícil; promoveu despedimentos; desferiu ataques às nacionalizações e à Reforma Agrária; tomou de assalto os órgãos de comunicação social estatizados, tudo isto com o objectivo de subverter o regime democrático. Esta moção foi também aprovada por unanimidade e aclamação.

### Que fique bem claro!

A concentração terminava sem um incidente quando as ruas próximas da Praça da Figueira voltaram a dar, como no fascismo era comum, o triste espectáculo da violência policial a mando de um Governo que prova todos os dias os limites verdadeiros da «sua democracia» e o uso que dela faz ao serviço dos mesmos que aplaudiram a repressão, a opressão e a violência do fascismo.

Entre as vítimas da carga policial de sábado estava um repórter fotográfico do «Avante!». Na solidariedade militante que nos une às três dezenas de feridos no seu protesto indignado e na sua determinação de continuar a luta, incluímos a defesa intransigente da liberdade de expressão e dos outros direitos e liberdades do Povo português contra os quais o Governo não se coíbe de usar a violência e outras formas de repressão.

Que fique bem claro! A confrontação que o Governo provoca através da violência, como no sábado se viu em Lisboa, só tem um responsável. É a política antinacional com os órgãos e as pessoas que a praticam. Nada tem a ver com as lutas de massas, com a manifestação legítima do protesto popular.

que essa resistência ao não contar com a firme e organizada resistência das massas populares. Enganar-se ao não contar com essa resistência

## Salários na luta inimiga

Agravadas intensamente salta o Governo aos direitos e às lutas vitais trabalha, as péssimas condições de vida, centenas de milhares de trabalhadores a formas de luta pela melhoria das condições de vida, enfrentando o patronato, missões típicas que vêm no Governo/Amaral para todas as prepostas decisões e boicotes, como se as leis e a Constituição tivessem recebido o selo da Aliança reaccionária presente no Governo antinacional. Mas a Constituição, as leis, os direitos e os seus direitos, as lutas vitais e desportos para a luta de guerrilha de exemplos sucintos, mas lutas de cidade de defender em bloco a colectiva e todos os direitos que este Governo assaltou destruiu.

### Função Pública

No âmbito de uma jornada de luta a nível nacional convocada pela CNS (comissão negociadora sindical) dos trabalhadores da Função Pública (TFP) realizaram, na última quinta-feira, cerca de 800 reuniões nos locais de trabalho para analisarem as negociações da Função Pública (proposta reivindicada em comum) que decorrem estas 18 e o Governo. Este apressado recentemente uma contra-moção posta recusada pelos 32 mil subscritores da PRCA, a reclamar aumentos médios de 10% da ordem dos 21,5 por cento. Nas reuniões efectuadas que aira abrigado da Lei Sindical, pararam dezenas de milhares de trabalhadores por todo o País, CA, que analisaram, nomeadamente, a retroactividade em «proteção salarial relativamente ao mês de Janeiro findo, a reposição de poder de compra, a actualização das diáculiar fu

## Os interesses à vista

A Aliança reaccionária deixou bem assinalada a efémera passagem pelo Governo que respeita (também) despedimentos colectivos. A evolução das ameaças Plessey e na Stanco Eléctrica/ITT, atingindo mais 1500 trabalhadores, continua a medida da subordinação desse Governo aos interesses multinacionais com a promiscuidade (no caso da Plessey dos divisionistas instalados direcção do Sindicato dos Escritórios de Lisboa. Várias associações sindicais e estruturas representativas dos trabalhadores nas empresas protestado contra o secretismo das negociações Governamentais/multinacionais designadamente no caso da e têm manifestado a solidariedade para com trabalhadores ameaçados despedimento. Continuam, no entanto, pressões e manobras p

## Ponto alto salientado a do secretário

“A nossa luta salientada no ponto alto do trabalho português, desde o mês de Abril” - declarou Armando Teixeira da Silva no acto de posse do novo secretário nacional da CGTP-IN. A evolução decorreu em Lisboa, na sexta-feira. Eleito por 94,4 por cento dos presentes

## A CGTP leva a CA da F

Com argumentos válidos e insustentáveis, como se o lado amplamente divulgado, este Governo, onde, nomeadamente, se manifestou o mais vivo repúdio pela sua política que, em apenas três meses de governação, lesou profundamente o Povo português; aumentou brutalmente os preços; bloqueou os contratos colectivos; desencadeou uma onda de violência e repressão sobre os trabalhadores e populações indefesas; declarou empresas em situação económica difícil; promoveu despedimentos; desferiu ataques às nacionalizações e à Reforma Agrária; tomou de assalto os órgãos de comunicação social estatizados, tudo isto com o objectivo de subverter o regime democrático. Esta moção foi também aprovada por unanimidade e aclamação.

# Salários e nível de vida Luta contra um Governo de direita dos trabalhadores

Assalto sistemático do nível vital de quem trabalha e recorrer ao colectivo, a Comissão Administrativa/Amaral o suporte de decisões arbitrárias e antes de todas as decisões por obra de uma comissão instalada num

inclusivamente através da distribuição de senhas de refeição, mandou para o ar um noticiário de Coimbra como se fosse nacional, transferindo depois a emissão para o Porto com a leitura de uma ordem de serviço da CA que já tinha sido divulgada em vários serviços noticiosos. Em Faro, uma das emissões do período de paralisação foi assegurada por um delegado da CA com dois policiais à porta, facto que o porta-voz considerou «intimidatório». Apesar dessas e de outras acções ilegais, como o recurso a trabalhadores de folga, as emissões em Lisboa da RDP-3 (Rádio Comercial), da RDP-4 (FM estéreo) e da Rádio Comercial Norte não se realizaram durante os períodos de greve. No Porto, a Inspeção Geral do Trabalho, ao verificar, a pedido dos trabalhadores, as evidentes infracções à lei da greve mandou levantar os respectivos autos. Os Sindicatos que convocaram as paralisações estão na disposição de demandar judicialmente a administração da RDP pelos actos ilícitos ali praticados durante as paralisações.

manobra agora orquestrada pelo patronato e pelo seu Governo». A paralisação, seguida de concentrações e manifestações, de acordo com um comunicado da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, decorrerá nos turnos da manhã, da tarde de manhã, os trabalhadores param no 2.º período de trabalho, à tarde e à noite durante o primeiro. No horário normal, a paralisação inicia-se a partir dos primeiros trinta minutos do 2.º período de laboração. «Os trabalhadores exigem o imediato reinício das negociações directas do CCTV, na base do respeito pelos seus legítimos interesses, expressos na proposta sindical», salienta a Federação.

Técnicos de Desenho e das Indústrias Eléctricas do Norte subscrevem um comunicado como entidades outorgantes do CCTV automóvel, sector que paralisou em 13 do corrente em luta pela contração colectiva. Dirigindo-se aos trabalhadores do ramo, aquelas associações sindicais apelam à vigilância e à mobilização «para novas respostas a dar ao patronato», a quem foi entretanto apresentada uma nova tabela salarial. Condenando o divisionismo, nas atitudes das Federações dos Escritórios do Norte e do Sul (UGT), o comunicado anuncia «um largo trabalho de esclarecimento e discussão entre os trabalhadores (reuniões e plenários verticais) a iniciar desde já», enquanto se mantém a «disponibilidade e vontade para encontrar uma solução comum com as organizações que não subscreveram» a proposta de tabela salarial.

## Pescadores de Peniche

Nos próximos dias 7, 8 e 9 de Abril param os pescadores de Peniche. Depois das paralisações de 3, 4 e 5 do corrente, que desbloquearam a PRT (portaria de regulamentação de trabalho) para o sector, os pescadores anunciam novamente essa forma de luta, aprovada em plenário por cerca de 500 trabalhadores, a fim de obterem os subsídios de desemprego que não são pagos desde 1978.

## Sector automóvel e outras lutas

As federações dos Sindicatos metalúrgicos, comércio e serviços, construção civil e madeiras, transportes rodoviários e urbanos, e os Sindicatos dos

Com fundamento na contração colectiva, outras lutas se desenvolvem, com paralisações já realizadas, em preparação ou anunciadas para breve entre os trabalhadores:

- Portuários
- da Sotave
- Instituto Costa Ferreira
- Indústria química
- Gráficos
- Estiva e Entposto de Setúbal
- CNN e CTM
- Actividade cinematográfica
- Hotel Altis
- F. Ramada
- Centros de Saúde



## A RN pára e convence

Dados ainda não definitivos e que só podiam pecar por defeito davam à greve da Rodoviária da última terça-feira um índice de adesão excepcional. Em contacto com a Federação dos Rodoviários, em Lisboa, o «Avante!» averiguava nesse dia ao fim da tarde que os cerca de 12 mil trabalhadores abrangidos pela greve da RN tinham parado na sua quase totalidade. Mesmo nos distritos dos três sindicatos com direcção divisionista que não subscreveram o pré-aviso de greve (Leiria, Castelo Branco e Portalegre) a maioria dos trabalhadores aderiu à paralisação de 24 horas decretada pelos sindicatos do sector como forma de luta contra a declaração da empresa nacionalizada em «situação económica difícil», pela aplicação da tabela salarial acordada recentemente e pela rápida negociação das cláusulas do ACT ainda por resolver. Segundo os elementos

fornecidos na tarde de terça-feira pela Federação, cerca de 400 trabalhadores não tinham aderido à greve em todo o País. Se tivermos em conta que os 3 sindicatos com direcção divisionista têm pouco mais de 1100 filiados, podemos concluir que a «UGT» não consegue sequer influenciar uma parte mínima dos trabalhadores em nome dos quais pretende falar e agir. De resto, isso não aconteceu apenas entre os rodoviários. Deu-se também, por exemplo em Braga, com os trabalhadores dos escritórios. Bastaram meia centena deles para obrigarem a direcção divisionista dos Escritórios do distrito a assinar o pré-aviso de greve na Rodoviária Nacional. Ainda em Braga, só 4 desses trabalhadores não aderiram à greve. Das poucas tentativas de prejudicar a unidade e o alcance da paralisação nenhuma surtiu efeito. Houve foi casos para rir como o do

responsável da CEP 10, que mandou 16 autocarros para transporte do pessoal da Covina e que acabaram por trazer apenas um passageiro que recusara a solidariedade manifestada em peso pelos seus companheiros para com a luta na RN. Atentados à lei da greve também os houve. Em Queluz de Baixo, o chefe do movimento pediu a trabalhadores que estavam de folga para virem trabalhar, mas sem resultado que se visse, embora o trabalho nas folgas seja pago com 200 por cento de aumento e obrigue a empresa à concessão de outras regalias legais. Em distritos como Setúbal e Lisboa, em locais como Sacavém, Bucelas, Alenquer, as adesões rondaram ou atingiram mesmo os 100 por cento. O divisionismo, o alijamento e a coacção foram de novo derrotados sem apelo. Em Tábua, por exemplo, uma pequena localidade onde nenhum dos 35 trabalhadores

do subcentro aderiu à greve de 4 do corrente, desta vez só 1 foi trabalhar. A luta é justa, a paralisação legítima. A maioria dos trabalhadores está informada dos perigos que os ameaçam com a declaração da empresa «em situação económica difícil». São os seus postos de trabalho e os seus salários que estão em jogo. E é também a viabilidade económica da grande empresa nacionalizada, que a Aliança reaccionária no Governo pretende despojar dos seus sectores mais rentáveis para os devolver ao grande capital privado. São as nacionalizações é a Reforma Agrária que este Governo assalta e ameaça destruir. Por isso a adesão foi excepcional e de significado evidente neste período de grandes lutas contra um Governo apostado em regressar ao passado e em fazer pagar aos trabalhadores e a todo o povo as grandes fortunas que os monopolistas querem amealhar outra vez.

## Políticas do Governo Plessey e na ITT



favorecer as posições do patronato. Na última segunda-feira, um plenário na Plessey com a participação de elementos divisionistas, favoráveis à venda da empresa, acabava por dar a maioria aos que defendem a «suspensão por um ano» de 1256 dos 3500 trabalhadores das duas fábricas daquela multinacional em Cabo Ruivo e Corroios. A União dos Sindicatos de Lisboa, a Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações, o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas e várias Comissões de Trabalhadores e sindicais, com relevo para as da Covina, repudiam a tentativa de despedimento disfarçada de «suspensão», e manifestam a firme disposição de prosseguir com a luta pelo direito ao trabalho, ameaçado pelas multinacionais e pelo Governo Cameiro/Amaral, juntos na defesa dos grandes lucros para encher os cofres dos inimigos dos trabalhadores.

## Política de posse Estado da CGTP-IN

devotos no III Congresso da Central, aquele órgão dirigente nascido com 45 elementos (33 efectivos e 12 suplentes) toma posse numa das alturas mais difíceis para o nosso País, desde o 25 de Abril», dizia ainda Teixeira da Silva, acrescentando que «a nossa luta será travada contra a política deste Governo e por uma alternativa democrática que garanta a continuação da Revolução de Abril».

o mesmo dirigente salientou que este secretariado colhe um bom exemplo na acção do anterior, «que integrava várias correntes de opinião, mas nunca precisou de fazer uma votação fosse para o que fosse». Ao sublinhar esse consenso, que desama os detractores da unidade, Teixeira da Silva lembrou a elevada percentagem dos votos que elegeram os novos secretários nacionais da CGTP-IN, que «saberão honrar o seu compromisso, como fizeram os anteriores».

## Política a tribunal

Qualquer fundamento válido para uma decisão prepotente, esse Governo limita-se agora a dar cobertura à CA invocando a inexistência de um «estatuto da informação» tentando deitar fora o direito de antena consagrado pela Constituição. A CGTP-IN, apoiada em numerosos protestos solidários com a sua atitude, afirma que o que está em causa no acto de censura da RTP se trata de uma tentativa de «silenciar os trabalhadores portugueses e a sua Central sindical, vedar ao Povo português, por esse meio, o conhecimento das intervenções e conclusões do III Congresso, da sua pujança,

do respeito, reconhecimento e audiência internacionais da CGTP-IN, em suma, da consciência política e de classe dos trabalhadores portugueses e da condenação que fazem da política deste Governo». A CGTP-IN, advertindo «solenemente o Governo e a CA da RTP de que não recuará perante a prepotência, a ilegalidade, a violação e o arbítrio» na defesa dos seus direitos fundamentais, tornou público que vai «participar criminalmente contra a CA da RTP e exigir judicialmente a reparação dos danos causados por esta violação da Lei e da Constituição».



## Encontro da Lavoura em Coimbra No caminho da união e do combate para melhorar a vida nos campos

• Perto de oito mil agricultores «inundaram» a cidade do Mondego

• A mais significativa assembleia de agricultores jamais realizada em Portugal, reunindo representantes de todo o país, desde Bragança à ilha da Madeira

O II Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal (CNA), efectuado no passado domingo, no Pavilhão dos Olivais, em Coimbra, contou com a presença de 1200 delegados, representantes de agricultores de todos os distritos do continente e da ilha da Madeira, dirigentes de cooperativas, de Unões e Ligas, de Conselhos Directivos de Baldios, de Casas do Povo, de organizações e movimentos de produtores e colonos e de outros tipos de associativismo agrícola. O Encontro de Coimbra assume uma importância particular não só pelo seu profundo carácter nacional — foi o primeiro a reunir organizações da lavoura existentes desde Bragança até à ilha da Madeira — mas também pela forma como traduz a amplitude, grau de organização e objectivos das estruturas e movimentos que lutam pela transformação das condições de vida e de trabalho nos campos do nosso país. O caderno de reclamações imediatas da lavoura portuguesa, aprovado por unanimidade, contém as principais aspirações e exigências das organizações do sector e «aponta a todos os

agricultores portugueses os caminhos da nossa união e do nosso combate. Reafirmando os princípios definidos na carta da lavoura portuguesa, nós dizemos: chegou a hora de mostrar nas aldeias, nas vilas e nas cidades de Portugal que estamos dispostos a fazer valer a força da nossa união».

Nos campos existem movimentos muito heterogéneos e que traduzem já uma significativa dinâmica da capacidade de organização e de movimentação dos agricultores, influenciados por muitas forças e dinamizados por homens e mulheres dos mais variados quadrantes

políticos e ideológicos, ou sem qualquer posicionamento.

Reflexo das complexas condições sociais, políticas e económicas em que vivem, manifestam contudo uma profunda determinação e vontade de transformação como ficou demonstrado ao longo da reunião efectuada no Pavilhão dos Olivais. Ali, igualmente, ficou clara a natureza parasitária e estranha ao pulsar e sentimentos dos agricultores, revelada por meia dúzia de esquerdistas, que de fora, andam a distribuir um documento (a que certa imprensa e TV deram cobertura) falsificando o nome de organizações da lavoura, que desconheciam completamente tal documento. Os processos usuais. No seu conjunto, os participantes no II Encontro de

Coimbra mostraram uma forte disposição e vontade de luta que não pode ser ignorada. Para si, para os seus filhos, para todos os que labutam nos campos, uniram esforços, trocaram experiências e aprovaram um conjunto de reclamações que, a serem satisfeitas, modificarão em profundidade as condições em que processam a sua actividade.

### Estamos unidos somos uma força

Há pouco mais de um ano, em Fevereiro, participaram no I Encontro 254 organizações. No domingo, o seu número aumentou para 458 e provinham de todos os distritos. Registe-se que foi superior a 458 o número de estruturas, que aderiram e apoiaram o II Encontro da CNA, como salienta

a declaração aprovada, que integrava o caderno das reclamações da lavoura.

«Temos a nossa confederação, a CNA. Temos as nossas associações locais e regionais. Temos a nossa Carta, a Carta da Lavoura Portuguesa. Agora, temos também o nosso caderno de reclamações imediatas da lavoura portuguesa. Estas reclamações, que aprovámos, são reclamações de todos, do Norte a Sul, do Minho à Madeira. Estamos unidos. Somos uma força. Temos que ser ouvidos. Temos que ser atendidos. A bem da agricultura e dos agricultores. A bem de Portugal».

Mas, o que pretendem as organizações de lavoura? Em Coimbra, no passado domingo, reclamaram a garantia de preços mínimos ao produtor e o escoamento assegurado da produção, o gasóleo a 10\$00 para todos os agricultores e a manutenção dos preços dos adubos, pesticidas, rações e sementes, créditos mais baratos e mais fáceis e a administração dos baldios pelos povos, através dos seus conselhos directivos, o fim dos despejos arbitrários e a publicação imediata das tabelas de rendas máximas, o pagamento imediato de todas as indemnizações em atraso e a criação de um seguro nacional, a actualização das pensões e abono de família, uma nova legislação para as Casas do Povo, a reposição dos subsídios de motomecanização e o pagamento dos atrasados.

## Debate internacional sobre adesão à CEE

O Encontro aprovou uma proposta, apresentada pela direcção da CNA, para a realização de um debate internacional acerca da adesão à CEE e suas consequências para a agricultura e agricultores portugueses, a efectuar em Junho/Julho próximos. Nesta iniciativa, de acordo com a decisão referida, participarão organizações de agricultores, técnicos, entidades oficiais e organismos europeus.

Nos considerandos da proposta da direcção da CNA salientava-se que a entrada do nosso país no Mercado Comum e suas consequências para o sector agrícola «tem sido motivo de dúvidas e interrogações diversas». «Dado que, até ao momento, nenhuma entidade governamental, ou outra, esclareceu ponto por ponto, produto por produto, o que será a entrada na CEE, consideramos que

é urgente promover um debate profundo, sério e consciente sobre este assunto» — realça a proposta aprovada.

### Delegações estrangeiras

Assistiram aos trabalhos do Encontro representantes de cinco organizações agrícolas

da França, Holanda, Itália, Bélgica e Bulgária: Abeguille Pierre, Presidente da Section Nationale des Fermiers et Metayers; Du Bosch Leon, da UDEF, da Bélgica; Gan Van Santbrink, da PC Wageningen; Arturo Zampaglione, Associazione Nazionale delle Cooperative Agricole; Trifon Svilenski e Nikola Mileev Mihailov, da União Central das Cooperativas Búlgaras.

# De amanhã até domingo Festa da Primavera em Santarém

• Uma festa popular de todo o Ribatejo!

De amanhã até domingo, Santarém está em festa! Uma festa de unidade, de entusiasmo e de convívio, promovida pelos comunistas e aberta à participação de todo o povo. Uma festa construída pelo labor e pelo espírito de iniciativa de muitos camaradas e amigos, cujo programa, rico e diversificado, publicamos à parte, na íntegra, e que tem ponto alto no comício de domingo, às 17 horas, com o camarada Álvaro Cunhal.

## O programa completo

É o seguinte o programa completo da Festa da Primavera:

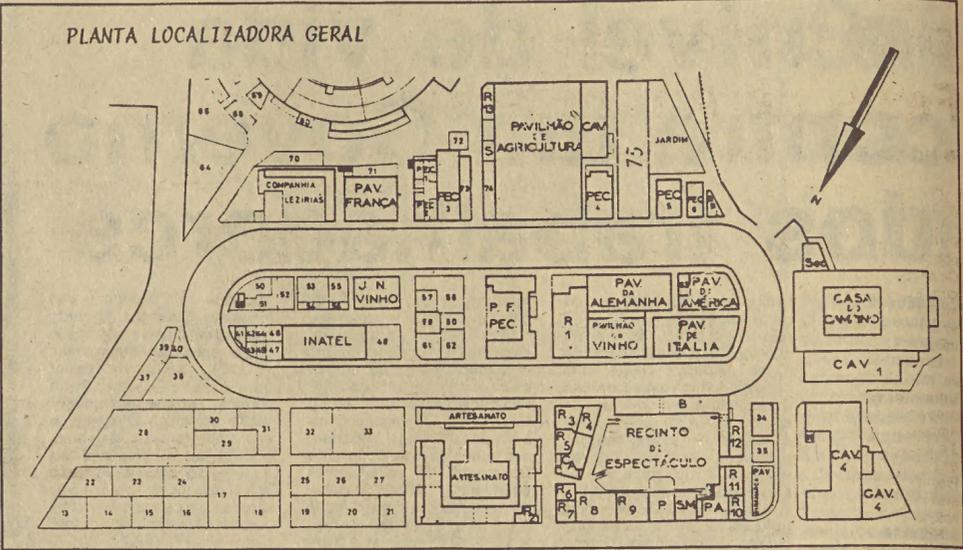
- **Sexta-feira, 28 de Março** (Dia Nacional da Juventude)
  - 21.30 - «Rock» ao vivo no Pav. da Agricultura - «Sui Generis» e «UHF». Colóquio sobre desporto no Pav. Comercial, com Carlos Abreu. Torno de chinquilho no Pav. da Soc. de Combustíveis. Espectáculo musical no palco 2 - Pátio da Casa do Campino, com a Banda da Sociedade Filarmónica Alpiarçense «1.º de Dezembro», Rancho Folclórico «Campos da Azinhaga», grupo «Jornada», Joaquim Ramalho, Carlos Paulo e Jo Apoloni.
  - 22.30 - Cinema. Salão da Casa do Campino.
- **Sábado, 29 de Março**
  - 10.00 - Torno de Chinquilho (continuação) durante todo o dia, no Pav. da Soc. de Combustíveis. Campeonato de damas no salão do 1.º andar do Artesanato (todo o dia). Simultânea de xadrez no mesmo local. Torno-convívio de futebol de 7 na Manga da Feira.
  - 15.00 - Espectáculo musical infantil no Pav. da Agricultura: «Pulos nos li», com Samuel, José Jorge Letria e Maria Dulce. Cinema no salão da Casa do Campino. Colóquio sobre Comunicação Social no Pav. Comercial, com Mário Castim e António Borge.
  - 15.15 - Cíclismo. Na Av. D. Afonso Henriques a meta volante da «clássica» Alpiarça-Lisboa.
  - 15.30 - Floclore: desfile e actuação no Pav. da Casa do Campino, com o Rancho Folclórico Popular do Entroncamento e do Bairro de Santarém Fontainhas e Gralhão.
  - 16.00 - Cíclismo nos arruamentos da Festa: circuito fechado de 1200 metros.
  - 18.00 - Colóquio sobre «Portugal e a CEE» no Pav. Comercial.
  - 19.00 - Teatro no salão do 1.º andar da Casa do Campino, com a apresentação da peça «A Caminho do Futuro», pelo GATA (Alpiarça).
  - 21.30 - Espectáculo musical no palco 1 (Pav. da Agricultura), com Samuel, José Jorge Letria, Maria Dulce (poemas de Camões), Carlos Paredes, Fernando Alvim, Teresa Paula Brito, Filipe Gomes dos Santos, Brigada «Vitor Jara», grupo

Festa Popular de todo o Ribatejo, e onde certamente acorrerão muitos milhares de forasteiros oriundos de outras regiões do País, a Festa da Primavera localiza-se no recinto da Feira Nacional de Agricultura e, além do que refere o programa que aqui publicamos, inclui bons vinhos e petiscos, nomeadamente do Ribatejo, stands de venda com produtos diversos da região e de todo o País, quermesse, exposições, Mercado da Reforma Agrária e Centro do Livro e do Disco.

Uma festa a não perder, numa iniciativa que reflecte bem a potencialidade e o espírito dinâmico e combativo dos comunistas de Santarém.

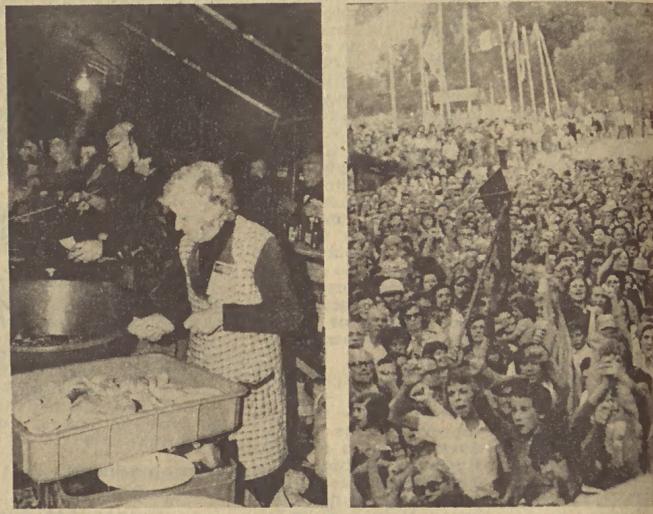
- «Resistência» e Carlos do Carmo.
- 22.00 - Espectáculo musical no palco 2 (Pátio da C. do Campino), com o grupo «Jornada», Júlia Babo, José Jorge Letria, Samuel, Maria Dulce, grupo «etc.», Grupo Musical de Vale Paraíso e rancho folclórico «Avieiros do Escaroupim».
- 24.00 - Cinema no salão do 1.º andar da C. do Campino.
- 01.00 - «Noite de Fado» no palco 1 - Pa. da Agricultura, com sete fadistas populares de Lisboa e Santarém (chouriço assado, vinho e não só...).

- **Domingo, 30 de Março**
  - 10.00 - Torno de Chinquilho (continuação). Damas (cont.). Cinema infantil no salão do 1.º andar da C. do Campino. Torno-convívio de futebol de 7 na Manga da Feira. Colóquio sobre agricultura no Pav. Comercial, com Álvaro Brasileiro, António Basílio e António Bica.
  - 11.00 - Manhã infantil no palco 1 (Pav. da Agricultura), com o professor Minhocas, os palhaços «Elizabete», o grupo de teatro «Praça Pública» e a Banda da Escola de Música do Cartaxo.
  - 11.00 - Cinema no salão da C. do Campino.
  - 14.00 - Colóquio sobre a «situação política internacional, paz e desanuviamento», com António Ângelo, da Secção Internacional do PCP.
  - 14.30 - Espectáculo musical no palco 2 (Pátio da C. do Campino), com Manuel Freire, Adriano Correia de Oliveira, grupo «Jornada», duo «Despartar», grupo «Resistência», rancho folclórico Ceifeiras do Porto de Muge e Grupo Coral Alentejano «Os Amigos do Barreiro», e o grupo «etc.».
  - 17.00 - Comício, no recinto de espectáculos, com Álvaro Cunhal. Canto livre.
  - 19.00 - Cinema no salão do 1.º andar da C. do Campino. Colóquio sobre a defesa da Constituição no Pav. Comercial.
  - 21.30 - Espectáculo musical no palco 2 com o Grupo de Danças e Cantares de S. Domingos, o duo «Despartar», Manuel Freire, Luísa Basto, João Fernando, Adriano Correia de Oliveira e Ary dos Santos.
  - 22.00 - Espectáculo de encerramento (palco 1): grupo «Jornada», Manuel Freire, Luísa Basto, João Fernando, Grupo Coral Alentejano «Os Amigos do Barreiro», Joaquim Ramalho, Paulo de Carvalho, Adriano Correia de Oliveira e Ary dos Santos.



**FESTA DA PRIMAVERA**  
SANTARÉM

UMA FESTA QUE PROMETE ALEGRIA E ANIMAÇÃO, COM UM PROGRAMA RICO E DIVERSIFICADO ONDE ESTARÁ PRESENTE TODO O RIBATEJO E MUITAS DAS COISAS BOAS DESSA REGIÃO RICA DE TRADIÇÕES DE LUTA E DE FRATERNIDADE, NUMA ALTURA EM QUE A SITUAÇÃO POLÍTICA EXIGE O REFORÇO DA UNIDADE E DA ORGANIZAÇÃO



# Sábado e domingo, na Amadora Um grande Festival para a juventude



● Iniciativa da JCP do distrito de Lisboa

Sob o lema «Unir a Juventude, Defender Abril», milhares de jovens têm no próximo fim-de-semana o encontro marcado na Amadora, a mais jovem cidade do país.

Trata-se do Festival da Primavera, iniciativa organizada pela JCP do distrito de Lisboa cujo programa, que publicamos à parte e na íntegra, inclui actividades desportivas, culturais, recreativas e políticas.

Realizando-se, entretanto, por ocasião do 28 de Março, Dia Nacional da Juventude e numa altura em que a juventude portuguesa se debate com numerosas dificuldades e problemas, agravados pelo Governo da Aliança reaccionária, o Festival da Primavera será também uma poderosa afirmação de unidade combativa da juventude em tomo da luta pelos seus justos direitos e aspirações. De salientar, a propósito, a realização, no domingo, à tarde, de um grande desfile pelas ruas da Amadora, seguido de concentração junto à Câmara Municipal, onde será entregue ao seu presidente e a deputados do PCP um abaixo-assinado alusivo às reivindicações da massa juvenil.

Realizando-se, entretanto, por ocasião do 28 de Março, Dia Nacional da Juventude e numa altura em que a juventude portuguesa se debate com numerosas dificuldades e problemas, agravados pelo Governo da Aliança reaccionária, o Festival da Primavera será também uma poderosa afirmação de unidade combativa da juventude em tomo da luta pelos seus justos direitos e aspirações. De salientar, a propósito, a realização, no domingo, à tarde, de um grande desfile pelas ruas da Amadora, seguido de concentração junto à Câmara Municipal, onde será entregue ao seu presidente e a deputados do PCP um abaixo-assinado alusivo às reivindicações da massa juvenil.

● Sábado, das 21 às 23 horas, no Pavilhão da Associação Académica da Amadora: Encontro - Álvaro Cunhal com a Juventude

Encontro - Álvaro Cunhal com a Juventude

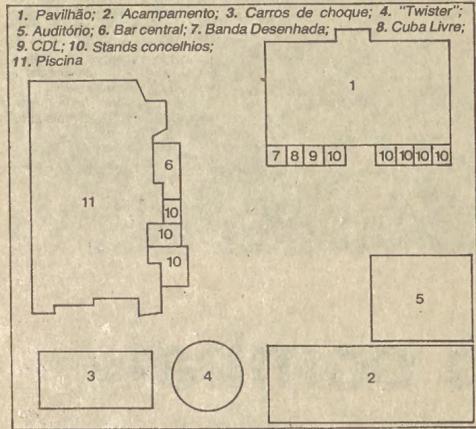
**festival da primavera**

unir a juventude, defender abril

dias 29-30 março

PAVILHÃO DO ACADEMICA DA AMADORA

JCP Juventude Comunista Portuguesa



## «Rock», Canto Livre, Cinema, Desporto Debate, Baile — um programa para todos!

- Sábado, dia 29 (Iniciativas no Pavilhão)**
- Das 9 às 14.00 - Desporto/Futebol de 5. Das 15 às 16.30 - Jazz/«Quinteto Crescente». Das 16 e 30 às 18.00 - Rock/«UHF». Das 18.00 às 20.00 - Canto Livre/«Trovante».
  - Das 21.00 às 23.00 - Encontro: Álvaro Cunhal com a Juventude.
  - As 23.00 - Baile/Grupo «Outra Banda».
- Domingo, dia 30**
- Das 9 às 11.00 - Desporto/Finais de Futebol de 5; ténis de mesa; prova de atletismo nas ruas da Amadora; natação; demonstrações de halterofilia; judo; karaté; ginástica e patinagem.
  - A partir das 15.00 - «Espectáculo 28 de Março» com Paulo de Carvalho, Carlos Paulo, Samuel, Carlos Paredes, Fernando Alvim, Nuno Gomes dos Santos, Helena Isabel, Grupo «Trovante»

Além de teatro (no Pavilhão), o Festival inclui ainda a realização de várias iniciativas no Auditório, de que destacamos, além de cinema, uma série de debates em que participarão Vital Moreira, Rosa Brandão, Fernando Rodrigues (Constituição e direitos da juventude) e Júlio Isidro, Ruben de Carvalho e António Macedo (música rock).



# Barreiro e Moita preparam a Festa da Revolução e do Trabalho

Está já em marcha o trabalho preparatório da Festa da Revolução e do Trabalho, a realizar em 30 e 31 de Maio e 1 de Junho, por iniciativa conjunta das Comissões Concelhias do PCP do Barreiro e da Moita.

# Carlos Brito em Serpa

● A política do Governo da Aliança Reaccionária desmontada ponto por ponto

É verdade que a Reforma Agrária está a viver os seus dias mais difíceis e que sofre o ataque mais perigoso de quantos contra ela foram desferidos nos quatro anos de quase ininterrupta ofensiva latifundista. Mas é verdade igualmente que nunca como hoje foi tão vasto, poderoso e combativo, o movimento que se levanta no país inteiro para defender a Reforma Agrária — afirmou o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central, no início da intervenção que proferiu no último sábado no decorrer de um grande comício do Partido no largo principal da vila alentejana de Serpa.

Assim nasceu a Festa da Revolução e do Trabalho, cujo recinto é ainda motivo de estudo profundo por parte dos camaradas da organização central.

# Encontro da Saúde

No âmbito dos trabalhos em curso, preparatórios do Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre Questões de Saúde, realiza-se no próximo sábado, às 15 horas, no Centro de Trabalho Vitória, Avenida da Liberdade, Lisboa, uma reunião do Executivo Nacional do Encontro.

# Iniciativas em Cascais

As 14 e 30, no Centro de Trabalho em Cascais, reúne-se a Assembleia da Organização da Indústria Hoteleira, Organização, eleição do novo Secretariado do organismo e análise da situação política (intervenção do camarada Manuel Pedro, do CC e da DORL) constituem os principais pontos da ordem de trabalhos da Assembleia.

# CAMARADAS FALECIDOS

ALBERTO ANTUNES — Faleceu no passado dia 17 o camarada Alberto Nunes Antunes, de 65 anos. Habitava há muito anos em Afife (Vila do Castelo) e o seu falecimento ocorreu no Hospital de S. João, no Porto, após prolongado sofrimento. Natural de Oliveira do Hospital, o camarada Alberto Antunes era um pequeno comerciante e nos anos 30/40 pertenceu à célula do PCP que existiu no Sanatório Marítimo da Gelfa, próximo de Vila Praia de Ancora.

# Em 2, 3 e 4 de Maio Festa da Amizade em Almada

● No dia 12 de Abril grande espectáculo popular na SFUAP

Prossegue com entusiasmo a campanha de fundos «Almada, uma casa do Partido», que tem como objectivo o pagamento do novo Centro de Trabalho concelhio, que ficará instalado num moderno edifício com excelentes condições de trabalho.

Basto e João Fernando. A iniciativa decorrerá na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), a partir das 21 e 30.

### Levar a campanha a toda a população

Como assinala a Folha Informativa-1 editada pela Comissão Coordenadora da Campanha/Comissão



Concelhia de Almada, de entre as tarefas que se colocam aos militantes do nosso Partido, levar a campanha de fundos para o exterior é um dos

objectivos fundamentais desta recolha de fundos.

O Concelho de Almada votou nas últimas eleições de um modo claro e expressivo nas forças do progresso, votou na APU, apoiando por conseguinte uma das suas componentes, o Partido Comunista Português. Os quase 40 000 votos recebidos pela APU são neste caso fonte inesgotável de recrutamento, são milhares de democratas e progressistas que acreditam na Liberdade, no futuro de Portugal de Abril.

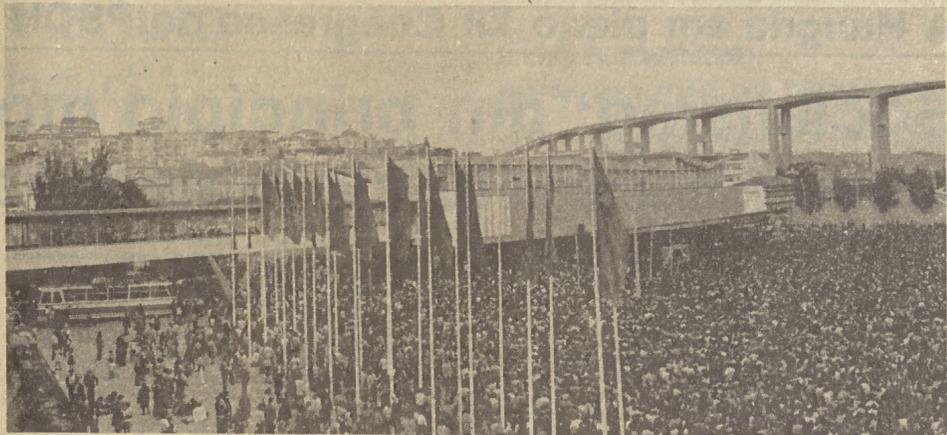
Uma campanha de fundos, como a que decorre actualmente no Concelho, não deve ser entendida como o contributo único e simplesmente dos militantes do nosso Partido, tem também que ser levada a todos os que se colocam ao nosso lado, mesmo que não sendo membros do PCP, são firmes defensores da democracia e do progresso.

Devemos em cada instante explicar de um modo claro e concreto os factores de ordem política que nos levam a esta grande realização. Um novo Centro de Trabalho concelhio do PCP é também



um factor de progresso, uma possibilidade de melhor defesa dos interesses dos trabalhadores e da população em geral.

Levar a campanha a todo o povo de Almada, é uma palavra de ordem justa na actual situação, é mais um contributo para um cada vez maior reforço da ligação do nosso Partido com as massas, é a demonstração clara da confiança que o Povo do Concelho de Almada deposita no seu partido de classe, no Partido Comunista Português.



Foi há quatro anos, mas quem não se lembra que foi assim que tudo começou? A dificuldade de erguer a nossa primeira Festa nos vastos pavilhões da FIL, que depois se tornaram tão pequenos. Porque a Festa do «Avante!», logo que nasceu, começou por ser Tudo o Mundo numa Festa. Dos pavilhões da FIL ao Alto da Ajuda, é um saltinho de quatro anos, é a experiência acumulada de quatro Festas. Para trás ficaram quatro grandes jornadas e os dias 11, 12 e 13 de Julho esperam-nos

## Como vamos fazer este ano a nossa Festa?

Os milhares de coisas que há para ver, para fazer nos três dias da nossa Festa! De manhã à noite, é o embaraço da escolha: este pavilhão que não se pode deixar de visitar, aquele colóquio a que queremos assistir, o tal espectáculo que não queremos deixar de ver.

E os inúmeros passos dados por entre camaradas e amigos, vendo «stands», procurando iniciativas, revendo e fazendo amizades nesse ambiente propício que é a Festa do «Avante!» — porque todos vivem Abril.

Como fizemos as anteriores Festas? Como vamos fazer a deste ano? Vamos este ano fazer ainda melhor. Porque queremos fazer, sempre melhor.

A Festa do «Avante!» realiza-se este ano num momento político bem determinado do Portugal democrático, quando se avizinha no horizonte próximo importantes batalhas políticas. É preciso que a nossa Festa seja tudo o que foi nos outros anos: em alegria, em amizade, em vivência democrática, em determinação, em solidariedade.

Mas é preciso que este ano seja tudo isto e muito mais. Um muito mais em que esteja presente, de forma bem visível, um grande colectivo que cresceu — e constantemente cresce — dia-a-dia. Um grande colectivo totalmente empenhado na defesa do

Portugal nascido em Abril, o mês que, todos os anos, em Setembro ou em Julho, torna possível a nossa Festa.

Vamos este ano fazer mais porque vamos fazer melhor: do ponto de vista político, do ponto de vista cultural, do ponto de vista recreativo, do ponto de vista de convívio.

A Festa do «Avante!» em 1980 é um grande desafio que nos está lançado e a que vamos responder. Com entusiasmo, com empenho, com alegria. Certos de que, ao fazê-lo, estamos sobretudo a contribuir para que a nossa Festa, além de uma grande jornada de convívio democrático — que o é, inegavelmente — seja também nesta altura decisiva uma potente imagem da realidade que a possibilita: o regime democrático que temos de defender e consolidar.

E, para que isso aconteça, há que, em todos os aspectos e até nos mais insignificantes pormenores, deixar bem vincado o facto de que a Festa do «Avante!» é uma grande jornada política como nenhuma outra força consegue realizar no nosso país.

Vamos pôr nos nossos «stands», nos nossos pavilhões, nos nossos espectáculos, nos nossos restaurantes, em todos os cantos da nossa Festa a mesma saudável alegria e o mesmo espírito criador que temos posto; mas vamos também pôr ainda mais confiança, ainda mais determinação, porque ao fazê-lo estamos a ganhar a batalha da Festa. Mas estaremos, sobretudo, a ganhar também a batalha do futuro.

## Em 17 e 18 de Maio

# Festa da Fraternidade em Grândola

Enriquecidos com a experiência dos dois anos consecutivos da Festa, animados pelos êxitos obtidos e apoiados pela população do concelho e também pela simpatia dos concelhos vizinhos, os comunistas de Grândola, Vila Morena, realizarão em 17 e 18 de

Maio próximo a terceira edição da Festa da Fraternidade, uma festa maior, representativa da força e da determinação dos camaradas, amigos e simpatizantes do Partido naquelha concelho setubalense. O trabalho preparatório já

começou. Cada organização deve agora avançar na planificação da sua presença na Festa. Os artigos regionais, os petiscos, as exposições, enfim, as mil e uma iniciativas que cabem no espírito e na dimensão popular da Festa da

Fraternidade têm que ser preparadas com antecedência. A organização concelhia tem, entretanto, uma meta para a venda das entradas permanentes («EP's»): só no concelho os comunistas de Grândola vão vender 6 mil bilhetes!

## JCP denuncia

# Recusa de vistos a um conjunto juvenil da União Soviética

Numa nota divulgada pela sua SIP central, a Juventude Comunista Portuguesa denuncia energeticamente mais uma baixa manobra do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral: a recusa de vistos a um conjunto juvenil de danças e cantares da União Soviética, impedindo assim a sua chegada ao nosso País na última terça-feira.

«A Juventude Comunista Portuguesa denuncia vivamente, perante a juventude e o Povo português, este acto arbitrário, prepotente e mesquinho do Governo Sá Carneiro, que mais uma vez recusa vistos a jovens cidadãos soviéticos, a exemplo do que recentemente sucedeu com jovens turistas que legitimamente desejavam visitar e conhecer o nosso País. Esta atitude inqualificável vem na sequência das posições reacionárias que o Governo Sá

Carneiro tem adoptado no plano internacional».

E acrescentam os jovens comunistas:

«A exemplo do que vem sucedendo com os novos países africanos e os países do chamado «Terceiro Mundo», a direita reacionária no Poder aposta descaradamente na sabotagem das relações de Portugal com a URSS e os restantes países socialistas. O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, na base do mais primário anticomunismo e anti-sovietismo, pretende isolar Portugal da comunidade internacional, como nos tempos do fascismo; pretende afunilar as relações externas de

acordo com os interesses mais reacionários da NATO e da CEE; pretende atrelar Portugal às intenções dos círculos mais agressivos do imperialismo.

Como nos tempos do regime fascista de Salazar e Caetano, o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral impede desta forma que os jovens portugueses reforcem os seus laços de amizade, cooperação, intercâmbio e mútuo conhecimento com jovens de outros países, impede que contactem justamente com outras realidades, novos países e novas gentes, grande aspiração da juventude democrática no mundo inteiro».

## No dia 12 de Abril

# 2.º Festival da Canção Juvenil na Guarda...

«A Juventude ama a vida e a liberdade» — este o lema da segunda edição do Festival da Canção Juvenil do distrito da Guarda, iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

ou duas canções em língua portuguesa». E atenção: somente a letra terá de ser inédita, a música será de autor português e a idade do autor ou autores da letra não poderá ultrapassar os 30 anos.

Tal como no ano passado, o Festival da Canção Juvenil da Guarda assinalará, estamos certos, um bom momento de confraternização da juventude da região.

As letras das canções

concorrentes serão assinadas pelo autor e intérprete, devendo trazer também idade, nome completo e morada.

Todos os participantes no Festival receberão lembranças e os três primeiros classificados terão prémios. O júri será nomeado pela Comissão Organizadora.

Os textos concorrentes devem ser enviados até ao dia 8 de Abril para o seguinte endereço: Comissão Organizadora do Festival, Centro de Trabalho do PCP, Rua 31 de Janeiro, 18, 2.º, 6300 Guarda.

## ... e em Gouveia

Até ao próximo dia 5 de Abril todos os interessados devem enviar as suas canções concorrentes ao 1.º Festival da Canção Juvenil do concelho de Gouveia, a realizar no dia 12 desse mês, por iniciativa da JCP.

O Festival tem também como lema «A Juventude ama a vida e a liberdade» e o seu regulamento é idêntico ao dos outros Festivais Juvenis promovidos pela JCP em vários pontos do país.

Os três primeiros classificados estarão presentes numa finalíssima a realizar na última quinzena de Abril em Castelo Branco.

organização política, pretende-se que este Festival seja aberto a todos os jovens, independentemente das suas crenças políticas ou religiosas.

Em relação às tarefas de informação e propaganda no período que se avizinha falou em particular o camarada Manuel Sobral, do Comité Central e da DORS.

## Campanha «Abril vencerá»

A campanha «Abril Vencerá» continua a decorrer em bom ritmo, havendo já novos dados a apresentar e que falam do sucesso e entusiasmo que tem caracterizado esta realização. O dado mais notável avançamo-lo de imediato: já foram ultrapassados os 50% da meta proposta, constituindo os jovens 38,3% destes resultados.

Entraram no «grupo» dos que ultrapassaram as suas metas as Freguesias de Santo Condestável, Camidó, S. João de Brito e Lumiar, da cidade de Lisboa. Mas não fica por aqui. Também nas empresas Cimiante, Cindideal, Aviários de V. F. de Xira, Orion, Cima e Sobralinho, no concelho de Vila Franca de Xira, as metas foram ultrapassadas.

Outros sucessos a sublinhar — e que também se caracterizam pela ultrapassagem das metas propostas — registam-se nas células da Autocoop, Tranjeiro e Conferentes Marítimos. E uma novidade: esta campanha já proporcionou o aparecimento de

uma nova célula, no sector de Hotelaria do Comité Local de Lisboa!

Ainda falando de metas: a Freguesia de Colares já atingiu a sua meta de recrutamento de mulheres e jovens.

No âmbito das orientações da campanha, há a realizar o trabalho realizado pelas células dos CTT e da Marconi, no levantamento dos locais de trabalho onde não temos camaradas, e o estabelecimento de metas internas para as pequenas empresas onde não temos organização, como foi feito pelos camaradas do concelho de Vila Franca de Xira. Este trabalho — de levantamentos da situação e de estabelecimento de metas internas — é um primeiro passo para o recrutamento.

E não esqueçamos: as reuniões com amigos e simpatizantes do Partido, as sessões de esclarecimento, almoços, convívios, festas, iniciativas desportivas, etc., são um contributo valioso para o êxito da campanha «Abril Vencerá!»

## 1.º Congresso da JCP

● Encontro com a Imprensa, hoje, às 9 e 30, em Lisboa

Com o objectivo de dar a conhecer à opinião pública a actual fase de preparação do 1.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), que, como o «Avante!» já amplamente divulgou, se realizará em 24 e 25 de Maio próximo, a Comissão Executiva da Direcção Nacional da JCP convocou para hoje, na sua sede central, em Lisboa, Rua Sousa Martins, 8, 2.º, uma conferência de imprensa no decorrer da qual divulgará aos jornalistas presentes um importante documento.

Os objectivos do Congresso e outros aspectos de interesse relacionados com a iniciativa serão igualmente focados no encontro com os representantes da Comunicação Social, que se iniciará às 9 e 30.

## Reunião importante

No Próximo sábado, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, decorrerá uma importante reunião destinada aos camaradas naturais dos concelhos de Sertão, Vila do Rei, Oleiros e Prouença-a-Nova que residam na área da grande Lisboa.

O encontro tem início marcado para as 15 horas. Não faltes.

## Plenário em Setúbal

O trabalho de propagação foi motivo para um importante plenário realizado no último sábado em Setúbal. Participaram quadros das Secções de Informação e Propaganda (SIP's) de todo o distrito.

O camarada Vitor Neto, membro do Comité Central e da SIP central, falou sobre o papel do trabalho de propagação na actual situação política, tendo ainda referido aspectos diversos da realização das iniciativas integradas nessa actividade.

Em relação às tarefas de informação e propaganda no período que se avizinha falou em particular o camarada Manuel Sobral, do Comité Central e da DORS.

## Cinco Festas do «Avante!» são cinco Festas do Portugal democrático

Pavilhões da FIL, Vale do Jamor, Alto da Ajuda: três etapas que, em quatro anos, ajudaram a construir a 5.ª Festa do «Avante!» que vamos fazer nos dias 11, 12 e 13 de Julho.

Quem não se lembra desse inesquecível princípio da noite do dia 24 de Setembro de 1976 quando, junto da entrada principal da FIL, muitos milhares de pessoas se aglomeraram, aguardando o momento de entrar na I Festa do «Avante!»?

E depois, com que emoção percorrimos os caminhos que, ao fim da tarde do dia 9 de Setembro de 1977, quando, ainda de relativamente longe, já víamos brilhar as luzes da nossa cidade na ribalta do nosso trabalho — o Vale do Jamor? E quando, um ano

depois, em 8 de Setembro de 1978, confirmámos pelos mesmos caminhos o mesmo deslumbramento e a satisfação da cidade-feita?

E o ano passado, pela primeira vez no Alto da Ajuda, ao venceremos os obstáculos dos bonzos reacionários que nos queriam impedir de realizar a Festa do «Avante!», acalorando lá no íntimo a possibilidade de que no novo local a Festa fosse um fracasso, que impressão sentimos quando, ao começar a noite de 7 de Setembro, abrimos as portas da

## Como utilizar a EP (I)

Utilizar a EP é, este ano, mais fácil. Nos anos anteriores, a experiência veio demonstrar que o facto de os dois talões da EP serem do mesmo tamanho provocava alguma confusão. Não raras vezes, os camaradas e amigos ficaram com o talão indevido, devolvendo à organização a EP propriamente dita.

Tal confusão não é já possível, uma vez que os dois talões são desiguais: o que fica na posse dos camaradas mantém o tamanho tradicional; porém, o que é devolvido à organização encontra-se reduzido a uma pequena tira.

Esta tira deve — e isto é muito importante — ser entregue à organização central da Festa imediatamente a seguir à venda da EP. É, aliás, a partir desta tira que se vão realizar os três sorteios previstos.

## Como utilizar a EP (II)

Utilizar bem a EP não é apenas saber manuseá-la; é sobretudo, saber transformá-la num instrumento de trabalho da Festa do «Avante!». E a EP é, de facto, um importante instrumento de trabalho — tão necessário como as muitas centenas de ferramentas que vão ser utilizadas no Alto da Ajuda.

A EP é uma ferramenta de trabalho nas mãos dos militantes comunistas: passar essa ferramenta de mão em mão, fazer que todos a adquiram (por apenas 140 escudos) estejam a trabalhar para o êxito da Festa do «Avante!» de 1980, tal é a tarefa a que, desde já, todos devemos meter ombros. Com entusiasmo, com imaginação.



estabelecer metas, organizar equipas — tais são algumas das formas que devemos encarnar na utilização da EP, sabendo que, desse modo, estamos a trabalhar para levar ao Alto da Ajuda centenas de milhares de portugueses. Centenas de milhares de portugueses que, anualmente, fazem a festa que Portugal nunca viu.

Já têm a EP? O teu vizinho do lado sabe o que é a EP e para que serve? — são, por exemplo, algumas das perguntas que temos de começar a fazer e a repetir em todas as oportunidades.

No dia 4 de Maio realiza-se o 1.º Sorteio da EP. Vamos trabalhar para que, nesse dia, já muitas e muitas EPs estejam a ser bem utilizadas.

## Regulamento do Torneio de Futebol de Salão ou de 5

Festa do «Avante!» quer dizer também desporto. E este ano há várias novidades. Por exemplo: a presença desportiva terá um recinto próprio mais adequado — a «Cidade do Desporto». Falando agora das modalidades, vamos hoje apenas referir o futebol. E aqui há também uma novidade: em vez do Torneio Nacional de Futebol de 11, teremos este ano uma prova idêntica mas em futebol de salão ou de 5, cujos principais aspectos do Regulamento passamos a divulgar.

O torneio compreende duas fases (a de apuramento e a final). A primeira é promovida por cada Organização Regional do PCP e destina-se a apurar uma equipa representante (em cada OR).

jogar simultaneamente mais que um.

A fase de apuramento deverá encerrar (o máximo) até 29 de Junho. O calendário da fase final será publicado em 3 de Julho nas páginas do «Avante!». Na fase final serão entregues lembranças a todos os participantes e taças aos três primeiros classificados.

O futebol de salão (com tabelas) realizam-se jogos de futebol de 5 (campo de 40 por 20 ou de 50 por 25 metros, onde há bolas fora, que serão marcadas com o pé (esférico na linha lateral), não podendo os jogadores adversários estar a uma distância inferior a três metros.

Atenção: podem entrar no Torneio equipas de clubes populares não federadas e outras constituídas para o efeito. A idade mínima dos jogadores é de 16 anos e cada equipa não poderá inscrever nem menos de 8 participantes nem mais de 10.

O Regulamento permite inscrever dois jogadores federados por equipa, não podendo, contudo,

### Um esclarecimento

Para alguns camaradas e amigos poderá, entretanto, haver alguma dúvida sobre o facto do Torneio incluir futebol de salão e de 5. O esclarecimento: nas localidades onde não for praticável o futebol de salão (com tabelas) realizam-se jogos de futebol de 5 (campo de 40 por 20 ou de 50 por 25 metros, onde há bolas fora, que serão marcadas com o pé (esférico na linha lateral), não podendo os jogadores adversários estar a uma distância inferior a três metros.

O Regulamento está a ser distribuído e divulgado junto de todas as Organizações. E a estas cabe desde já um papel importante: planificar e estruturar os calendários das provas regionais, sem esquecer que a primeira tarefa a levar a cabo é, naturalmente, a promoção e propagação do Torneio e a abertura de inscrições. Força no pontapé de saída!

## A Hungria em pleno XII Congresso do PSOH

# Socialismo: um princípio moral e uma necessidade objectiva

A poucos dias da abertura do Congresso que agora termina, o CC do Partido Socialista Operário Húngaro convidou uma dezena de jornalistas, todos ligados a órgãos centrais de partidos comunistas da Europa capitalista, para uma visita à Hungria. O objectivo, quase modestamente sugerido pela camarada Valéria Benke, membro do Bureau Político, no decurso de um encontro final em que precisaria, com notável clareza, o significado de muitas das descobertas que nos foram proporcionadas durante aqueles dias, era o de "contribuir para o aprofundamento das relações internacionais do PSOH".

Todos comunistas e europeus embora, havíamos chegado à Hungria por caminhos diversos — os dos nossos próprios partidos e povos —, com diversas preocupações e termos de comparação. Retivemos decerto impressões diferentes. Trouxemos, porém, todos, uma principal imagem comum, coincidente, aliás, com a de visitantes de outras origens e quadrantes políticos: a de uma realidade em mutação acelerada, na qual se rasgam já hoje, profundamente, os traços de um futuro à dimensão de um Homem que é também do futuro e no entanto já existe e é bem diferente do que há-de ser... De facto, os "tempos" históricos têm hoje outra medida: na Hungria socialista, por exemplo, à beira de atingir os 35 anos, medem-se pela idade de um homem. O que por já vimos e ouvimos são os sinais da maturidade.

Bem pelo contrário, dentro de poucos dias, sobretudo quando forem tornados públicos os debates e conclusões do Congresso, as agências de imprensa do imperialismo soprarão talvez por esse mundo fora: "o socialismo confessa a crise". Falar-se-á de "novo modelo", talvez mesmo do gesto de "independência" ou da pequena "dissidência" que possa pôr em causa a unidade do campo socialista — o veneno que sapa a confiança das massas trabalhadoras e a sua combatividade... O povo húngaro responde, pela voz de todos os que ouvimos acerca das mais variadas questões, nas palavras simples de um velho jurista, agora ao serviço de um armazém estatal, que episodicamente nos serviu de guia ao longo das ruas de Feher, a Alba Regia fundada pelos romanos em terras da Hungria: "Sim, de facto temos problemas. Mas vamos resolvê-los. Sabe? Como os homens inteligentes que de vez em quando se detêm para examinar a rota da sua vida, corrigindo-a para poder continuar. Assim é com o socialismo: um princípio moral e uma necessidade objectiva".

I Guerra Mundial, sobrevivendo à custa de uma economia agrícola de estrutura latifundiária e com inúmeros traços feudais, emergiu do



Separadas pelo Danúbio — Pest e Buda. A primeira era antes a cidade dos plebeus, onde se foram até agora concentrando a administração pública, o comércio, os serviços, a indústria. Em Buda, colinas verdejantes, viviam os reis... Hoje, centenas de milhares de pessoas constroem ali, preferentemente, por empréstimo do Estado, a 30 anos e ao juro de 2%, as suas residências, quase todas enquadradas por pequenos jardins

### No centro dos debates as questões da economia

Quais são, pois, as dificuldades? Recorde-se rapidamente que a Hungria, pobre de matérias-primas, com indústria inexistente ainda por alturas da

decrépito império Austro-Húngaro para uma República dos Conselhos que, sobretudo, firmaria, para o futuro, as raízes do movimento operário: rapidamente derrotada, o fascismo não tardaria.

Quando, em 1945, foi libertada pelo Exército Vermelho,

camponeses sem terra, e os proletários agrícolas que, famintos, procuravam trabalho por todo o país quando, antes da libertação, 60 por cento da terra estava ainda na posse de 8% dos proprietários.

Uma tal política facilitou o apaziguamento social, destruiu tensões herdadas de uma sociedade de classes antagónicas, uniu o povo húngaro num profundo sentimento de solidariedade nacional.

Mas o desenvolvimento económico começou a ser retardado. Procurando defender as empresas ou ramos em situação mais difícil ou de rentabilidade negativa com subsídios, entre outras consequências estimulou-se a conservação de técnicas e métodos de trabalho ultrapassados, deixou-se que subissem a níveis excessivos stocks de alguns produtos, não se respeitou em muitas situações uma lei básica do socialismo: de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho.

A correcção desta situação, iniciada no princípio dos anos 70, não bastou, tanto mais que, entretanto, se lhe juntara o reflexo das mudanças ocorridas na economia mundial: a crise nos países capitalistas, nomeadamente a queda nos preços dos produtos agrícolas e outros da indústria alimentar (que a Hungria exporta) e as dificuldades na importação de alta tecnologia (de que a Hungria ainda depende para o seu programa de industrialização) e, ultimamente, o aumento dos preços da energia.

A estas dificuldades internas e externas, a economia húngara não reagiu a tempo. Em 1979, é facto, sustentaram-se desequilíbrios: diminuíram-se custos, diminuíram-se importações. Os aumentos de preços à produção e ao consumidor, de que tanto se falou no Ocidente, visaram corrigir um sistema de preços historicamente formados, e mantidos em bases irrealis à custa de subsídios estatais.

O preço do pão, por exemplo, assim como o da carne, há 18 anos que não sofria alteração — sendo que tanto os salários como inúmeras regalias sociais com incidência directa nos orçamentos

familiares, o nível de vida de um modo geral, não deixaram de subir.

O debate em curso, as decisões do XII Congresso, o VI Plano Quinquenal em preparação permitirão as correcções de fundo. A via será a observância, que se tentará rigorosa, das leis que regulam a economia do socialismo, baseada na propriedade social dos meios de produção e na planificação.

(um pequeno parêntese para os que, como nós, não são especialistas...) Simples, dir-se-á: basta estudá-las...

gestão, e as das relações entre os órgãos de Poder, exercido pela classe operária e os seus aliados sob a direcção do PSOH, e a Administração — isto é, entre as estruturas representativas, eleitas, e o aparelho administrativo...

### A chave: aprofundar a democracia socialista

Para especialistas, dir-se-á... Para todos nós! — responde o povo húngaro. De facto, o PSOH entendeu que nenhum destes (transcendentes) aspectos seria transposto para a vida,

sofrer uma diminuição do salário) — esse debate transborda para os jornais, e para a TV, de que algumas emissões agarram toda a gente a casa, como entre nós o festival das cantigas...

Uma delas, directa — "Uma noite em casa do ministro..." — tem um êxito crescente. Uma equipa de TV em casa de um ministro, um grupo de jornalistas no estúdio, telefones à espera dos telefonemas de toda a Hungria... "Verificou-se rapidamente — faz notar o camarada Peter Rényi, vice-director do "Nepzabodag" — que os chamados cidadãos comuns "batem" frequentemente os profissionais da informação porque põem questões mais candentes ou mais difíceis, a sua crítica é mais construtiva, e o debate abre-se para horizontes que o ministro não tinha vislumbrado..."

Que significa todo este interesse? Será que, como insinua a propaganda imperia-

### Da nossa enviada especial IVONE DIAS LOURENÇO

Vale a pena enumerar — só enumerar, porque cada um destes conceitos é objectivo de infinitas referências — algumas das questões que estão na ordem do dia, sobretudo desde que por todo o país, entre comunistas e não comunistas, se iniciou a discussão das Teses do CC para o XII Congresso: eficácia

para o socialismo real, sem a participação e a responsabilização dos homens, mulheres e jovens que foram os obreiros das radicais transformações alcançadas em menos de 35 anos de poder popular, e que serão os obreiros, cada vez mais conscientes, do desenvolvimento futuro.

Os comunistas húngaros — fiéis, aliás, a uma tradição de democratização de toda a vida social que está reconhecida na base dos êxitos alcançados — buscaram de novo a experiência, a opinião e o apoio de todo o povo húngaro para resolver as novas e complexas tarefas que o desenvolvimento do socialismo impõe.

Muitas e de diverso tipo foram as respostas, desde o movimento de poupança de matérias-primas, energia e mão-de-obra nas empresas até à organização de "sábados comunistas" durante os quais se constroem cheques ou complexos desportivos ou se ultimam, os trabalhos de uma nova auto-estrada a que se passará a ligar o Aeroporto de Budapeste a um dos anéis da cidade. Sobretudo, foi a discussão interessada e generalizada em todas as várias estruturas democráticas — nas células do PSOH "abertas", nos colectivos de empresa, de cooperativa ou de escola, nos sindicatos, na Juventude Comunista, nos Conselhos e nas organizações locais da Frente Popular Patriótica, nas associações profissionais como as dos jornalistas ou dos engenheiros.

O debate — por vezes apaixonado (é de referir, por exemplo, que o "reagrupamento planificado da mão-de-obra" que se propõe pode significar mudança de empresa ou mesmo de profissão, impondo uma reciclagem ou uma especialização com vista a preencher funções numa outra empresa ou ramo, onde avidamente se espera por novos trabalhadores; que a "afirmação plena e inteira do princípio da repartição segundo o trabalho" significa que os salários deverão exprimir melhor a qualidade e quantidade do trabalho realizado, assim como a sua utilidade social, e que um mau trabalhador poderá por isso

## A Hungria de hoje

Da Hungria se dirá, como de Portugal, que é um pequeno país. Cerca de dez milhões de habitantes, um território que em tamanho se nos pode comparar. Gente delicada e comunicativa, uma Primavera amena que faz esquecer o Inverno — esse, sim, bem mais agreste. À mesa, excelentes vinhos, e uma fartura que aqui só pode alimentar os nossos sonhos... Sem costa marítima, a Hungria é uma «ilha» rodeada pela URSS, Checoslováquia, Áustria, Jugoslávia e Roménia. Mas tem grandes lagos, como o Balaton, que no Verão acolhe sem sobressaltos milhares de pessoas durante as férias, e o Danúbio, uma longa artéria de grande importância para a economia e a paisagem. Buda e Pest, montanhas de um lado, planície do outro, espalram-se pelas suas duas margens, alongando uma cidade que muitos (e em primeiro lugar os seus próprios habitantes!) consideram a mais bela capital da Europa. Com lindíssimos edifícios, igrejas e palácios, herdados de uma história multi-secular, Budapeste conserva uma notável unidade arquitectónica, apesar de ser hoje o maior centro industrial do país e de albergar sempre mais e mais gente — hoje mais de dois milhões.

Devastada por guerras que se sucederam ao longo

de séculos, a Hungria vive hoje, justamente em coincidência com os anos de poder popular, o mais longo período de paz de toda a sua História. Empreendendo nestes 35 anos a construção do socialismo, a extraordinária melhoria no bem-estar do seu povo deve muito à solidariedade política e económica, à interajuda que é um princípio básico das relações entre toda a comunidade socialista, à unidade de pensamento e acção que o PSOH soube imprimir a toda a sociedade húngara, ao trabalho abnegado do seu povo.

Por tudo o que ouvimos, os comunistas húngaros consideram que foram em parte os seus próprios erros que precipitaram em 1956 a contra-revolução. A intervenção do Exército Soviético não foi mais um erro ou uma imposição — foi um dos elementos da correcção que o próprio PSOH soube empreender. Os comunistas húngaros «ficaram vacinados (são palavras de um comunista de Szeged) contra a tentação de pensar que os que não estão contra nós, estão conosco...» É por isso que o aprofundamento da democracia socialista, o funcionamento regular e desformalizado das várias estruturas democráticas, é uma constante preocupação, em primeiro lugar dos seus dirigentes.

É nessa linha que se insere a actual discussão



sobre os problemas económicos. Discute-se por todo o lado, mas serenamente: sente-se cada um dono do seu próprio destino e solidário do destino de todos os outros, desencadeiam-se forças que se têm a certeza de poder controlar. As dificuldades a vencer são de uma natureza para a qual nós, ocidentais lusitanos, não temos ainda neste ano de 1980 termos de comparação. O direito ao trabalho livre da exploração, ao bem-estar, à saúde, à educação, à cultura, à participação na gestão da sociedade, não são já metas a atingir mas conquistas irreversíveis.

Trata-se, sim, de os desenvolver a um grau que está aquém de qualquer sociedade capitalista, que, por mais «democratizada», sempre se baseia em relações de exploração.

lista, os húngaros têm "medo"?

Continuando ainda à descoberta da Hungria, veremos proximamente como são, como pensam e vivem os trabalhadores da Comuna de Sukosd ou os do combinado de

Pick, os jovens universitários, a família Cserepes da aldeia de Vaskud, os trabalhadores da Videoton. Mais facilmente concluiremos então que é na profunda inserção na sociedade em que vivem, no conhecimento detalhado do

seu trabalho e dos problemas da sua comunidade que se encontra a chave desta tanta segurança e da notável capacidade de intervenção revelada pela generalidade do povo húngaro no período de preparação do XII Congresso.

## Saudação do CC do PCP

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do PSOH a saudação em que se começa por dizer:

Queridos Camaradas:

O Comité Central do Partido Comunista Português saudá fraternalmente o XII Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro e, por intermédio dos seus delegados, os comunistas e o povo trabalhador da República Popular da Hungria.

Aproveitando esta importante ocasião, queremos transmitir as nossas calorosas felicitações aos comunistas e ao povo húngaro pelo 35.º aniversário da libertação da Hungria e da heróica vitória contra o fascismo, que este ano comemora.

Ao longo de três decénios e meio, com trabalho esforçado, atravessando difíceis momentos e vencendo pesados sacrifícios, o povo húngaro alcançou conquistas históricas e a sua vida transformou-se radicalmente. Na Hungria socialista, país livre e independente, conquistou-se o poder popular, a sociedade libertou-se do regime capitalista e das sobrevivências feudais, aboliu-se a exploração do homem pelo homem. Sob a direcção do Partido dos comunistas húngaros, realizou-se a transformação socialista da agricultura e o desenvolvimento das forças produtivas, obtiveram-se grandes êxitos graças à economia socialista

planificada, no trabalho da edificação económica e cultural e o nível de vida de todo o povo elevou-se consideravelmente. Alargou-se e aprofundou-se a democracia socialista.

A República Popular da Hungria, fruto da acção conjunta e criadora da classe operária e de outras camadas trabalhadoras, ao contribuir para o reforço do campo socialista, contribuiu também de forma importante para o aprofundamento da luta pela paz, o desanuviamento e a coexistência pacífica, que envolve todas as forças progressistas do nosso tempo.

O Comité Central do Partido Comunista Português, em nome de todos os comunistas portugueses, exprime-vos os mais sinceros votos para que novos e grandes êxitos sejam alcançados na aplicação futura das decisões do XII Congresso, consolidando e desenvolvendo os resultados obtidos na edificação do socialismo.

Queridos Camaradas,

Os sucessos da Hungria socialista, consideramo-los como uma contribuição directa à nossa luta. Os êxitos e realizações dos países socialistas, ao comprovarem a imensa superioridade do socialismo sobre o capitalismo intervêm como poderoso incentivo na luta revolucionária da classe operária e dos povos de todo o mundo.

O Partido Comunista Português, que em Portugal

vem combatendo e combaterá firmemente as calúnias e intrigas contra os países socialistas, reafirma a sua solidariedade para com os comunistas e o povo húngaro no seu trabalho criador, continuará a agir para que se reforcem as relações de amizade e cooperação entre o povo português e o povo húngaro, entre o Portugal democrático e a Hungria socialista.

A saudação refere-se em seguida à situação em Portugal, apontando as linhas de orientação do PCP e das massas trabalhadoras, prosseguindo:

Queridos Camaradas, Ao defender as conquistas de Abril, a classe operária, os trabalhadores e o povo português contribuíram para a luta geral dos povos pela sua emancipação nacional e social, contra o imperialismo, pela paz, a democracia, o progresso social e o socialismo.

Na nossa época, enquanto se aprofunda a crise do capitalismo em todos os seus aspectos, continuam a reformar-se as posições do campo socialista, desenvolvendo-se a luta da classe operária dos países capitalistas contra os poderes dos monopólios, o movimento de libertação nacional alcança vitórias históricas na África, Ásia, América Latina. Neste sentido, saudamos a tão recente vitória das forças patrióticas nas eleições realizadas no Zimbábue, que constitui um

poderoso factor de reforço da luta libertadora dos povos da África Austral e mais um sério golpe dado ao imperialismo. Assumem a maior gravidade as medidas desencadeadas pelos círculos mais agressivos da reacção e do imperialismo na tentativa de impedir e sufocar o ímpetuoso avanço do processo revolucionário e de sabotar o processo de desanuviamento e coexistência pacífica, recorrendo a todo o tipo de ingerências e à agressão contra os povos e agravando a tensão internacional.

Em tais medidas se integram os projectos de instalação de cerca de 600 novos mísseis de alcance médio em países europeus da NATO, que põem em perigo a paz e a segurança na Europa e no mundo, a criação pelos EUA de uma «força de intervenção rápida» destinada a intervir militarmente no Médio Oriente ou em qualquer outro ponto do globo, a intensificação da campanha anticomunista e anti-soviética desencadeada a pretexto da situação criada no Afeganistão.

Face a esta situação, o PCP, ao mesmo tempo que sublinha o papel decisivo da URSS e dos outros países socialistas, considera de vital importância para fazer recuar os planos do imperialismo, para defender a paz e assegurar o prosseguimento do processo de desanuviamento, a acção conjunta de todas as forças anti-imperialistas, o reforço da unidade do movimento

comunista e operário internacional.

Queridos Camaradas, Uma vez mais desejamos os maiores sucessos aos trabalhos do XII Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro e à ulterior aplicação das suas resoluções.

No interesse da causa comum da paz, da democracia, do progresso social e do socialismo, o PCP tudo fará para que continuem a estreitar-se os laços de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Operário Húngaro.

Agindo para o reforço das fraternais relações entre os nossos dois Partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, estamos certos de agir no interesse do desenvolvimento das relações de paz e amizade entre os nossos dois povos e países, no interesse da frente mundial anti-imperialista, da unidade do movimento comunista internacional.

Viva o XII Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro! Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Operário Húngaro!

Viva o internacionalismo proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português

NA LINHA DOS DOSSIERS  
HUMBERTO DELGADO E 25 DE ABRIL  
RESPOSTA ITT, A EDITORIAL AVANTE!

DOSSIER HUMBERTO DELGADO  
DOSSIER

LANÇA AGORA

DOSSIER NATO

BLOCO MILITAR AGRESSIVO, BASTIÃO DA GUERRA FRIA, INSTRUMENTO DE PRESSÕES E INGERÊNCIAS DO IMPERIALISMO,  
A NATO É UMA AMEAÇA À PAZ E À INDEPENDÊNCIA NACIONAL  
AGORA UM DOSSIER NATO PARA DESVENDAR E ELUCIDAR O QUE FOI E O QUE É A NATO, SUAS PRESSÕES E INGERÊNCIAS EM PORTUGAL

À VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS  
PREÇO 140\$00

Semana

19 Quarta-feira 1823 - O general Antonio Lopez de Santa Rita deruba o imperador Augustin e proclama a Republica no Mexico.

E descoberto e desmantelado pelos servicos de seguranca nicaraguenses um plano de acoes contra-revolucionarias preparado pela CIA, com a colaboracao do grupo maoista que se autodenomina "Partido Comunista da Nicaragua"; a revelacao foi feita pelo porta-voz daqueles servicos, Luis Somo...

20 Quinta-feira 1727 - Morre o matematico, fisico, astronomico e filosofo ingles Isaac Newton, que ficou celebre pela descoberta das leis da gravitacao universal e da decomposicao da luz.

O secretario-geral do Bloco Popular Revolucionario de El Salvador, Juan Chacon, afirma a agencia noticiosa IPS que as forcas de direita salvadorenses, o Exercito e os EUA unificaram a sua estrategia contra o pais e a luta popular salvadorena...

21 Sexta-feira 1685 - Nasce o compositor alemao Joao Sebastiao Bach.

A formacao nacionalista "Convergencia e Uniao", considerada do centro-direita, vence as eleicoes para o Parlamento autonoma da Catalunha, beneficiando da perda de votos da UCD, o partido governamental; o grande derrotado foi o Partido Socialista da Catalunha, federado no PSOE...

22 Sabado 1895 - Os irmaos Lumiere apresentam ao mundo o seu invento: o Cinematografo.

Rebenta novo conflito armado no Tchade, travando-se combates em N'djamena entre forcas fieis ao presidente Goukouni e forcas seguidoras do primeiro-ministro Hissine Habre...

23 Domingo 1956 - E proclamada a Republica Islamica do Paquistao.

O primeiro-ministro cessante na Italia, Francesco Cossiga, aceita a oferta de formar novo governo. A Siria e a Argelia reafirmam a sua decisao de se oporem ao acordo de "paz" israelo-egipcio, durante conversacoes cimeiras travadas em Damasco entre os presidentes dos dois paises...

24 Segunda-feira 1976 - Golpe de Estado militar na Argentina depoe Estela Peron, assume o poder uma Junta chefiada pelo general Videla.

Francesco Cossiga inicia um novo mandato na chefia do governo italiano, com conversacoes para a formacao de novo elenco governativo. Comeca em Estugarda, na RFA, o julgamento do processo de interdicao profissional ("berufsvorbot") contra o dirigente sindical Hans Peter, sob a acusacao fundamental de "ser comunista"...

25 Terca-feira 1975 - E assassinado o rei Faisal, da Arabia Saudita; sucede-lhe o seu irmao Khalid.

As forcas fieis ao presidente Goukouni do Tchade e as que apoiam o ministro da Defesa Hissine Habre acordam um novo cessar-fogo, quando os combates ja fizeram 700 mortos. Um grupo terrorista fascista assassina com uma bala no coracao, durante uma cerimonia religiosa, o arcebispo de El Salvador, Oscar Romero...

Uma nova fase na luta contra o "apartheid"

21 de Março - dia mundial de luta contra o "apartheid". Há 20 anos, quando uma multidão concentrada em Sharpeville se manifestava contra a lei dos passes que controlam todos os movimentos da população africana da RSA...

Contribuição objectiva à luta dos povos da África do Sul contra o regime de Pretória. O novo equilíbrio político no continente, criado pela vitória das forças patrióticas do Zimbábue...

Prender a política do actual governo na teia dos compromissos económicos não é igualmente de excluir. Simultaneamente, na África do Sul, os reflexos da nova situação não são só sensíveis ao nível de massas...

Hoje os vários exercitos existentes no país voltam a confrontar-se. Os esforços dos colonialistas franceses para dividir dão os seus frutos. Mas a nova dinâmica da África actual, que se bate por uma total e verdadeira independência...

A situação no Tchade Reflexos do neocolonialismo

N'Jamena, capital do Tchade, é novamente cenário de lutas violentas. Neste momento batem-se tropas do actual presidente, Goukouni Oueddi, líder da FROLINAT, Frente de Libertação do Tchade...

Proclamado protectorado francês em 1901, o Tchade é integrado na Comunidade Francesa em 1910. A proclamação da independência, em 1960, não corresponde de facto a um processo de independência real...

A 13 de Abril de 1975 um golpe de Estado dirigido pelo general Félix Malloum, derruba o governo de Tombalbaye. Mas a situação política assim criada - caracterizada pelas vacilações do novo regime - está longe de abrir caminhos estáveis ao país...

Em Agosto de 1978 Malloum, numa tentativa de superar a formação de um governo de "unidade nacional" com Hissine Habré, actual primeiro-ministro. Em Abril de 1979 novamente se luta nas ruas de N'Jamena. A luta pelo poder entre Malloum e Habré termina então - por mediação da Nigéria - com um acordo assinado em Agosto de que saiu o actual governo...



Novos julgamentos no Uruguai - solidariedade!

O Supremo Tribunal Militar do Uruguai projecta para breve a realização do julgamento público de destacados dirigentes das massas trabalhadoras urguaias: José Luis Massera, dirigente do Partido Comunista do Uruguai...

matemático galardoado com o título de doctor "honoris causa" pela Universidade de Roma, ex-legislador, por cuja libertação se desenvolveu um ampla campanha mundial de solidariedade; Vladimir Turiansky, vice-presidente da Central Única de Trabalhadores, CNT, e secretário-geral do sindicato de electricistas, deputado até ao golpe de Estado fascista; Jaime Pérez, secretário do Partido Comunista do Uruguai...

Desde a sua prisão os quatro, têm vindo a ser sujeitos a selváticas torturas e estão condenados, em primeira instância, a mais de uma dezena de anos de prisão cada um. Das possibilidades que têm de se defender no previsto julgamento fala-nos a experiência anterior. Nos julgamentos públicos já realizados ou se impediu o acusado de usar da palavra ou se utilizou a sua defesa para agravar a pena.

Eleições na Polónia

Dia 23 foram eleitos na Polónia os 460 deputados do Parlamento (Dieta) e os 6 700 conselheiros, membros dos Conselhos do Povo. De acordo com a lei eleitoral, os candidatos (na proporção de 1 por cada 76 000 habitantes) são propostos pelas diversas organizações políticas, profissionais, cooperativas e outras organizações de massas...

afastados do seu posto por exigência deste. Como em todos os países socialistas, na Polónia uma campanha eleitoral significa um período de dinamização mais acentuada da vida política e da actividade das organizações sociais e profissionais. As listas de candidatos são apresentadas pelos Comités Locais da Frente de Unidade Nacional após longas consultas ao eleitorado, e incluem representantes de todos os grupos e camadas sociais, membros dos diversos partidos políticos Partido Operário Unificado Polaco, Partido

Factos significativos

Neste país da América Latina, uma feroz ditadura fascista oprime o povo e impede brutalmente qualquer actividade legal das forças democráticas.

- Em 1979, e apesar da violência repressiva e da total ausência de liberdades, 100 000 trabalhadores participaram em acções reivindicativas. No dia 11 de Janeiro a imprensa noticiou a criação de uma nova "central operária"; a CATUD (Central Autónoma de Trabalhadores Uruguaios Democratas). Os seus dirigentes são a primeira leva de alunos saídos dos cursos sindicais organizados pela Escola de Armas e Serviços. Um único senão: esta central operária não tem organizações filiadas... De acordo com um novo regulamento estabelecido pela ditadura, 26 299 estudantes universitários (47% do total) perderam a sua qualidade de estudantes no início do presente ano lectivo. Assim, quase metade dos estudantes foi lançada fora da universidade.



José Luis Massera



Jaime Pérez

O papel da solidariedade

Um exemplo recente realça a importância da solidariedade na luta contra a repressão no Uruguai. No dia 12 de Fevereiro, após dois anos de prisão e torturas na prisão "Liberdade" foi libertado o pianista argentino Miguel Angel Estrella e expulsado do país. A campanha pela libertação de Estrella mobilizou figuras destacadas da música em todo o mundo. Em diversos países, organizaram-se actividades artísticas e políticas com esse objectivo. No julgamento final estiveram presentes o vice-presidente do Comité Internacional de apoio ao pianista, representantes da imprensa e da televisão francesa e um representante do Alto Comissariado nas Nações Unidas para os Refugiados.

Um crime inqualificável

A reacção salvadorena acaba de dar ao mundo uma nova, e hedionda, imagem da sua criminoso actividade, ao assassinar numa capela o arcebispo de San Salvador, monsenhor Oscar Romero. Monsenhor Oscar Romero vinha-se destacando como um adversário firme da oligarquia de El Salvador, que tenta impedir as profundas transformações políticas, económicas e sociais pelas quais aspira a esmagadora maioria do povo salvadoreno. Este vil crime perpetrado pela extrema-direita daquele país latino-americano - que já foi reputado pelos mais variados sectores da opinião pública mundial, a começar pelo Papa João Paulo II - não constitui apenas uma agressão à Igreja Católica mas a todo o povo de El Salvador, às suas forças democráticas e progressistas e aos povos do mundo amantes da paz. Derrotar os intentos da reacção, punir os responsáveis pelo hediondo crime e levar por diante a transformação do país numa pátria livre e feliz é a melhor forma de homenagear o arcebispo Romero.

Acentua-se a repressão em El Salvador

A queda do ditador Romero determinou em El Salvador uma nova fase na batalha entre as forças ligadas ao imperialismo e as massas populares. Nova fase que depois de abrir perspectivas mais promissoras ao desenvolvimento da luta popular - garantindo mesmo formalmente correspondência a importantes reivindicações do povo de El Salvador, como a reforma agrária - se fecha hoje sob o quase exclusivo de uma prática repressiva que já fez várias centenas de mortos. No início do ano de 1980, a manifestação colectiva de membros do governo marcou outro período de crise no processo que se vive em El Salvador. Dois dos ministros demissionários, Guilherme Ungo e Roman Mayorga, explicando o seu acto, afirmaram então: "lamentavelmente as circunstâncias, determinaram que os interesses minoritários se fortaleçam dia a dia como factores reais do poder pretendendo voltar a esquemas de governos anteriores, levantando obstáculos, atrasando e, em grande parte, impedindo o desenvolvimento das mudanças propostas. Os factos viriam a confirmar o previsto agravamento da situação. A reforma agrária, que corresponderia a uma sempre reivindicada popular, é acompanhada pela escalada de violência denunciada por forças de esquerda como uma manobra do imperialismo no sentido de desmantelar organizações populares e destruir fisicamente os seus militantes.

Exemplos de "reforma agrária" na América Latina

O que se está a passar em El Salvador não é exemplo único da tentativa de concretização de formas inconsequentes de reforma agrária. Pelo contrário, os exemplos sucedem-se. Na Venezuela a reforma agrária foi anunciada em 1960. Ao fim de 15 anos tinham sido entregues terras a 93 mil camponeses, em vez dos 365 mil previstos. Acresce que 26 mil dos que a receberam tiveram de abandonar as suas parcelas, por não disporem dos meios necessários ao cultivo. No México a "reforma agrária" fomentou de facto o capitalismo nos campos e os investimentos do capital estrangeiro. A Guatemala, o Haiti, o Paraguai, também tiveram as suas "reformas agrárias". Trata-se de desenvolver um processo que, pelo seu carácter limitado, se vira contra os que deveriam ser os seus beneficiários - as massas de camponeses e de proletários agrícolas.

Na realidade sociopolítica de El Salvador, caracterizada por uma intensa luta de classes, e num continente onde é bem palpável o ascenso da luta popular de massas, Washington tudo jogará para impedir verdadeiros processos revolucionários. Esforços que sem dúvida terão cada vez menos probabilidades de se saldarem com êxitos - momentâneos embora - do imperialismo.

«Reestruturação», «austeridade» e lutas dos trabalhadores

No dia 2 de Janeiro de 1980 iniciou-se na Grã-Bretanha a greve dos 120 000 trabalhadores metalúrgicos - o primeiro conflito nacional neste sector depois da greve geral de 1926, um importante passo no confronto dos trabalhadores ingleses com a política do governo conservador de Thatcher. Hoje a greve mantém-se e a luta dos trabalhadores contra a política governamental - que estipula o corte de subsídios e a redução de despesas nas empresas industriais nacionalizadas - assume novas formas como o dia de acção nacional previsto para 14 de Maio, acção que poderá vir a concretizar-se numa greve geral. Porque lutam os trabalhadores de siderurgia inglesa? Nacionalizada em 1967, a "British Steel Corporation" (BSC) fornece 80% da produção nacional de aço da Grã-Bretanha. O governo decidiu um corte de subsídios que representa uma supressão de empregos da ordem dos 52 000 até 1981. Simultaneamente, o governo britânico pretendia que os trabalhadores aceitassem, um aumento salarial de 2%, quando a taxa de inflação em 1979 foi de cerca de 18%. Actualmente o governo aceita discutir as propostas sindicais quanto aos aumentos salariais contrapondo, entretanto, um aumento da produtividade a considerar em cada caso. A que se deve a política seguida por Thatcher, que põe em causa um sector de ponta da indústria inglesa? De acordo com o Plano Davignon, elaborado em Bruxelas para a CEE, está prevista a supressão de 140 000 postos de trabalho na siderurgia e a diminuição em 27 000 toneladas da capacidade de produção para a Europa até 1983. Este plano não se faz sentir unicamente na Grã-Bretanha. Em Setembro de 1979 o presidente da República de França veio à televisão tentar senar os ânimos quanto à situação da produção siderúrgica. Trata-se - de acordo com o mesmo plano,

onde se consideram exclusivamente os interesses dos grandes monopólios - de reduzir sensivelmente a produção nacional, atirando 27 000 trabalhadores franceses para o desemprego. Enquanto os trabalhadores da siderurgia dos países da CEE são despedidos, os grandes trusts recebem financiamento da CEE. Recentemente o grupo Usinor, de França recebeu 307 milhões de

despesas para "reestruturação". Os despedimentos em massa correspondem neste momento a uma prática corrente no capitalismo. Também em nome da "reestruturação", a "Firestone", segundo produtor de pneus dos EUA, anunciou o encerramento de seis fábricas e o correspondente despedimento de 8 500 trabalhadores. A "austeridade" afecta todos os sectores, nomeadamente no campo das

despesas com carácter social. O orçamento francês para 1981 não prevê a criação de novos postos de trabalho para 1981 no sector do ensino. Trabalhadores em luta A aplicação da política dos grandes monopólios na CEE esbarra com a resistência e a luta crescente das massas trabalhadoras. Na Grã-Bretanha prepara-se a jornada de luta de 14 de Maio. Em França os trabalhadores da siderurgia resistem ao plano da CEE. O patronato não consegue aplicar integralmente o seu plano. Na Usinor, por exemplo, o patronato não conseguiu desmantelar muitas das instalações industriais, como os altos fornos, as cadeias de montagem, etc. Greves, manifestações e ocupações de locais de trabalho sucedem-se no sector do ensino. Na quarta-feira da semana passada 30 000

professores desfilaram pelas ruas de Paris exigindo a abertura de negociações sobre problemas como o desemprego, salários, condições de trabalho, direitos e liberdades sindicais, repartição de postos e colocações. Contra a política de austeridade do governo centro-direita de Haia (Holanda) paralisou no dia 20 o tráfico ferroviário e os transportes das maiores cidades do país. Os trabalhadores lutam contra a aplicação da lei dos salários aprovada pelo Parlamento no princípio de Março, e que dá ao governo o direito de fixar unilateralmente o nível dos salários nas convenções colectivas - política salarial que deverá saldar-se numa baixa generalizada do poder de compra dos trabalhadores. Despedimentos e degradação das condições de vida das massas trabalhadoras são constantes da realidade do mundo capitalista, contra as quais se ergue a vaga crescente das lutas das massas trabalhadoras. A agudização da batalha de classes é tónica do período histórico que hoje se vive.

Movimento grevista nos países capitalistas desenvolvidos em 1978 e princípios de 1979:

- Em 1978 registaram-se, nos países capitalistas desenvolvidos, 30 000 greves, com a participação de 50 milhões de trabalhadores. EUA - 1978 - as greves abrangeram 39 milhões de dias de trabalho (36 milhões em 1977) Inglaterra - 9 300 000 de dias de trabalho (só em Janeiro de 1979 - 2 600 000 de dias de trabalho) Canadá - primeiro semestre de 1978 - 2 700 000 dias de trabalho (igual ao total de 1977) Grécia - 1978 - mais de três milhões de grevistas (1974 - 16 000 grevistas)

# O PCP NO MÉDIO ORIENTE

A recente visita a países do Médio Oriente de uma delegação do Partido Comunista Português, conduzida pelo camarada Álvaro Cunhal, reveste-se de um papel de particular importância e significado.

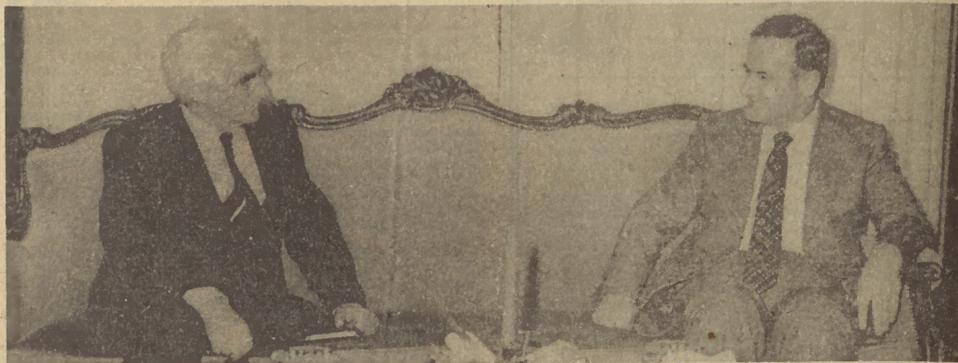
A deslocação do secretário-geral do PCP, que viajou acompanhado de Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional do nosso Partido, à República Árabe da Síria, ao Líbano e ao Yémen Democrático constituiu uma elevada expressão do prestígio do Partido Comunista Português nos países árabes e dos laços de amizade e solidariedade combatente existentes entre o nosso Partido e as forças árabes progressistas. A delegação do PCP, nesta visita a países do Médio Oriente, levou aos povos árabes o apoio activo dos comunistas portugueses à sua justa causa.

Reciprocamente, nas conversações realizadas e durante toda a visita, a delegação do Partido

Comunista Português recebeu constantes testemunhos da solidariedade das forças progressistas e dos povos árabes para com o nosso Partido e para com a revolução portuguesa.

No decorrer das numerosas e variadas conversações, bem como na observação directa da realidade, embora no curto espaço de oito dias, a delegação do PCP pôde colher um melhor conhecimento da situação e dos problemas dos três países visitados e do mundo árabe em geral, bem como das apreciações, dos objectivos e da luta das forças progressistas daquela região.

Pode dizer-se que a visita da delegação do Partido Comunista Português à Síria, Líbano e ao Yémen Democrático, constitui, em suma, um novo e importante passo no estreitamento das relações do PCP e do povo português com os povos árabes os seus partidos revolucionários e a sua justa causa.



O Presidente da República Árabe da Síria e secretário-geral do Partido Baas Árabe Socialista, Hafez El-Assad, recebeu o camarada Álvaro Cunhal, com o qual manteve uma ampla troca de impressões

## Síria, Líbano e Yémen Democrático: a causa árabe defende-se com firmeza

A visita de oito dias ao Médio Oriente da delegação do Partido Comunista Português iniciou-se na República Árabe da Síria, a convite do Partido Baas Árabe Socialista.

O Secretário-Geral do nosso Partido, camarada Álvaro Cunhal, foi recebido e teve uma ampla troca de impressões com o Secretário-Geral do Partido Baas Árabe Socialista e Presidente da República, Hafez El-Assad.

A delegação do PCP, além do encontro que teve com Abdel-Halim Khadam, membro da Direcção Nacional do Partido Baas e ministro dos Negócios Estrangeiros, procedeu a amplas conversações com uma delegação do Partido Baas, chefiada por Fawaz Sayyagh, membro da Direcção Nacional.

No decurso da sua estadia na Síria, os camaradas Álvaro Cunhal e Albano Nunes visitaram as ruínas da cidade de Knetra - arrasada pelas tropas israelitas em 1973 - uma escola para filhos de combatentes caídos na luta contra o sionismo, assim como o Museu de Damasco, precioso testemunho da civilização e da história do povo sírio.

**Firmeza na luta pela justa causa dos povos árabes e pelos inalienáveis direitos nacionais do povo palestino, rejeição dos planos imperialistas e sionistas que visam a expolição das riquezas da zona, a sufocação do movimento de libertação nacional dos povos árabes, a consolidação da posição económica, política e militar do imperialismo na região.**

Na Síria, a delegação do PCP teve ainda um encontro com uma delegação do Partido Comunista Sírio, tendo à sua frente o Secretário-Geral, camarada Khaled Bagdash.

O Presidente da República Árabe Socialista da Síria, Hafez El-Assad, ofereceu ao Secretário-Geral do PCP, um jantar de homenagem.

Também o camarada Khaled Bagdash e membros do «Bureau» Político do Partido Comunista da Síria ofereceram à delegação do nosso Partido um jantar de confraternização.

**A República Árabe da Síria é um dos países que - com a Argélia, a Líbia, o Yémen Democrático e a Organização de Libertação da Palestina - constitui a Frente de Firmeza e Rejeição.**

O Presidente da República Árabe Socialista da Síria, Hafez El-Assad, ofereceu ao Secretário-Geral do PCP, um jantar de homenagem.

Também o camarada Khaled Bagdash e membros do «Bureau» Político do Partido Comunista da Síria ofereceram à delegação do nosso Partido um jantar de confraternização.

**é possível com a retirada de Israel dos territórios ocupados com o reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino, com o reconhecimento da OLP como seu único e legítimo representante, a constituição em território da Palestina do Estado Livre, independente e soberano do povo palestino.**

A delegação do nosso Partido encontrou-se ainda com delegações do Movimento Nacional Libanês e do Partido Comunista do Líbano, este último representado pelo seu presidente, camarada Georges Choufi, e pelo Secretário-Geral, camarada Georges Haoui, além de membros do «Bureau» Político.

Yasser Arafat, o Movimento Nacional Libanês e o Partido Comunista do Líbano organizaram encontros de confraternização com a delegação do PCP, que decorreram num ambiente de grande fraternidade.

A delegação do PCP pôde trocar amplas impressões com todos os sectores democráticos do Líbano e da resistência palestina.

**Assiste-se, no Médio Oriente, a uma intensificação das conspirações, provocações e manobras do imperialismo contra o Yémen Democrático, no seguimento do que, aliás, também acontece com a Síria e o Líbano. As acções de provocação contra o Yémen Democrático desenvolvem-se sobretudo a partir da Arábia Saudita e do Egipto e, através delas, o imperialismo visa impedir não apenas a democratização do**

**Yemen do Norte, mas também os esforços que visam a reunificação do Yémen.**

No decorrer da sua estadia no Yémen Democrático, a delegação do PCP teve também um encontro com uma delegação da Frente Democrática de Libertação do Yémen do Norte.

No Museu Militar de Aden, que visitou, a delegação do nosso Partido pôde tomar conhecimento, através dos documentos e dos testemunhos materiais que ali apreciou, da luta heróica do povo yemenita para a sua libertação do domínio colonialista.

Os camaradas Álvaro Cunhal e Albano Nunes visitaram ainda a Escola Superior do Socialismo Científico do Partido Socialista Yemenita, onde tomaram conhecimento do trabalho de formação de quadros que aí se realiza.

**Uma situação perigosa enfrenta com determinação a política imperialista no Médio Oriente transformou esta região numa zona perigosa e, mesmo, explosiva. Ultimamente, além da intensificação das acções contra o povo palestino, contra o Líbano, contra o Yémen Democrático e contra**

**como com o movimento operário dos países capitalistas e todas as forças progressistas no plano mundial.**

A tentativa de pôr de pé novas alianças e bases militares contra os povos da região é uma manobra que está condenada ao fracasso.

A situação que hoje se vive no Médio Oriente apresenta sérios perigos para a paz e a independência dos povos da região. A política agressiva do imperialismo e do sionismo constitui uma tentativa de liquidação dos regimes árabes progressistas.

Mas na Síria, no Yémen Democrático, no Líbano, assim como nos outros países árabes, as forças democráticas e progressistas têm demonstrado, com a sua firme luta, que os planos imperialistas serão derrotados, que o Médio Oriente será uma zona de paz e de progresso e que as mais recentes acções do imperialismo na região não passam de balões de oxigénio destinados a prolongar uma situação contra a paz mundial.

**A visita ao Líbano**

Durante a visita, que se seguiu, ao Líbano, a delegação do PCP teve prolongadas conversações com Yasser Arafat, presidente do Comité Executivo da Organização

**de Libertação da Palestina, e outros dirigentes da resistência palestina.**

A questão palestina é o centro da luta dos povos árabes contra os planos imperialistas e sionistas para o Médio Oriente, de que fazem parte os acordos de Camp David, que não constituem, de forma nenhuma, passos no sentido de uma paz justa e duradoura na região. Bem ao contrário, são passos no sentido do agravamento da tensão, uma vez que visam a liquidação da resistência palestina, estando por isso condenados ao fracasso.

A convite da Organização de Libertação da Palestina (OLP), a delegação do nosso Partido visitou instalações sociais e económicas da resistência palestina no Líbano, designadamente um hospital do Crescente Vermelho da Palestina, um centro de recuperação de mutilados de guerra, uma creche para filhos de combatentes palestinos caídos na luta pela pátria, bem como uma fábrica e uma empresa comercial.

**Uma observação directa da situação no Médio Oriente demonstra que a paz nesta região só**

**No Yémen Democrático**

Na República Democrática e Popular do Yémen, o Secretário-

**Alto apreço**

À delegação do PCP foi transmitido, por todos os partidos e organizações com os quais contactou nesta visita ao Médio Oriente - e particularmente pela OLP - o alto apreço da resistência palestina e dos povos árabes pela solidariedade das forças democráticas e do povo português, que tomou possível o êxito da Conferência Mundial de Solidariedade com os Povos Árabes e a Sua Causa Central: A Questão Palestina, que se reuniu em Lisboa em Novembro do ano passado.

**Aspecto das conversações travadas entre as delegações do PCP e do Partido Comunista Libanês**

**Abdul Fattah Ismail, secretário-geral do Partido Socialista Yemenita e Presidente do Yémen Democrático, recebeu o secretário-geral do PCP**

**Aspecto das conversações travadas entre as delegações do PCP e do Partido Comunista Libanês**

Álvaro Cunhal e Albano Nunes encontraram-se com Yasser Arafat, na presença de representantes dos vários sectores da resistência palestina, do Movimento Nacional Libanês e do Partido Comunista Libanês



Na sede do Movimento Nacional Libanês, a delegação do PCP teve um encontro com o Executivo daquela organização patriótica do Líbano

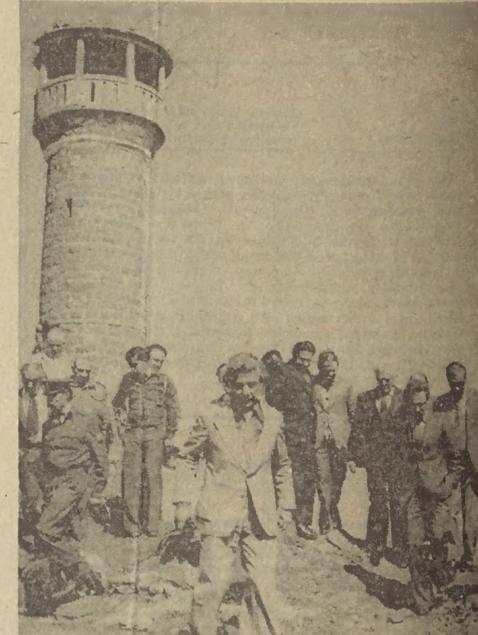


A visita da delegação do PCP a três países do Médio Oriente mereceu lugar de destaque em numerosos órgãos de informação árabes. Além disso, o secretário-geral do nosso Partido concedeu várias entrevistas. Na montagem, podemos ver exemplares dos seguintes jornais: o jornal sírio "Tichrin"; o jornal "Al Nida", órgão central do PC Libanês; o jornal "Al-Watan", órgão do Movimento Nacional Libanês; o jornal "Al Baath", órgão do Partido Baas da Síria; o jornal diário yemenita "14 de Outubro"; o jornal "Al-Tawri", órgão central do PS Yemenita

Abdul Fattah Ismail, secretário-geral do Partido Socialista Yemenita e Presidente do Yémen Democrático, recebeu o secretário-geral do PCP



Aspecto das conversações travadas entre as delegações do PCP e do Partido Comunista Libanês



A cidade de Knetra, na Síria - arrasada pelo exército de Israel em 1973 - foi visitada pela delegação do PCP

## Amizade, cooperação e solidariedade entre o PCP e as forças árabes progressistas

No decorrer da visita da delegação do Partido Comunista Português à República Árabe da Síria, ao Líbano e ao Yémen Democrático foram assinados comunicados conjuntos entre o nosso Partido e o Partido Baas Árabe Socialista da Síria, o Partido Comunista Libanês e o Partido Socialista Yemenita. Também os encontros entre a delegação do PCP, dirigida por Álvaro Cunhal, a Organização de Libertação da Palestina - chefiada por Yasser Arafat - e o Partido Comunista Sírio foram objecto de documentos divulgados nos órgãos de informação dos países do Médio Oriente.

Nestes documentos oficiais da

deslocação ao Médio Oriente da delegação do nosso Partido, os comunistas portugueses expressam a sua solidariedade para com a luta dos povos árabes contra o imperialismo e o sionismo, pela recuperação dos territórios ocupados por Israel.

Pelo seu lado, as delegações dos partidos e organizações com as quais a delegação do Partido Comunista Português realizou encontros sublinharam a sua solidariedade para com o nosso Partido e para com o Povo Árabe, na sua luta para defender as conquistas revolucionárias do 25 de Abril e o regime Democrático consagrado na Constituição. O importante

significado da Revolução do 25 de Abril foi, aliás, posto em destaque.

O Partido Comunista Português sublinhou, nos encontros que manteve, a sua vontade de trabalhar para o estreitamento das relações de amizade e cooperação com os povos árabes - de que, aliás, esta visita constitui um novo e significativo passo.

Relativamente à situação no Médio Oriente, foi unânime a constatação de que os acordos de Camp David constituem um instrumento visando liquidar a resistência palestina e reforçar as posições do imperialismo e do sionismo na região. Nesse sentido, o PCP e os partidos e organizações com os

quais manteve contactos responsabilizaram o imperialismo e o sionismo pela perigosa situação que se vive nesta região do globo e consideraram que uma paz justa e duradoura na região só pode ser atingida com o reconhecimento dos legítimos direitos nacionais do povo palestino e a constituição na Palestina de um Estado livre, independente e soberano.

A importância fundamental, na luta contra o imperialismo e pelo triunfo da causa árabe, da amizade e da cooperação com a União Soviética, os outros países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação

nacional foi sublinhada no decorrer dos encontros entre a delegação do PCP e as restantes delegações, para além do que se constituiu num dos temas unanimemente aceites.

O PCP, o Partido Baas Árabe Socialista da Síria, a Organização de Libertação da Palestina, o Partido Comunista da Síria, o Movimento Nacional Libanês, o Partido Comunista Libanês e o Partido Socialista Yemenita manifestaram a sua solidariedade para com todos os povos do mundo em luta contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo, saudaram a recente vitória do povo do Zimbábue e das suas forças patrióticas, e expressaram a sua solidariedade para com

a revolução popular do Irão e a luta do povo do Afeganistão contra o imperialismo e em defesa das conquistas da Revolução de Abril de 1976.

**Acordos de cooperação**

O Partido Comunista Português assinou ainda, com o Partido Baas Árabe Socialista da Síria e com o Partido Socialista Yemenita dois acordos de cooperação - facto que reflecte e constitui um novo passo no estreitamento das relações de amizade, cooperação e solidariedade recíproca entre o PCP e aqueles dois partidos.